



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**

**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**

**PREÂMBULO**

1.1. O **MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS - BAHIA**, por intermédio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Heliópolis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob Nº 13.393.178/0001-91, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **José Mendonça Dantas** e por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer, realizará procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH** no dia **28 de março de 2026** às **09h00min** na Prefeitura com sede à Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro – Heliópolis - Bahia, nos termos do artigo 78, I da Lei nº 14.133/2021, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam as definições do Decreto Municipal Nº 993 de 22 de dezembro de 2023 e às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021 e a Lei Nº 11.947/2009, Resoluções/FNDE/CD Nº 038/2009, 026/2013, 004/2015, 018/2018, 002/2020, 006/2020 e 021/2021.

1.2. O credenciamento será realizado pelo Agente de Contratação o Sr. **CLEISON MATOS GUERRA**, matrícula Nº 5.200, designado pelo Decreto Municipal Nº 038, de 07 de janeiro de 2026 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **ELIEL DE OLIVEIRA SANTANA**, matrícula Nº 3.613 e **GILMÁRIA BARBOSA FILHA**, matrícula Nº 123.

1.3. A sessão de credenciamento será realizada conforme informações abaixo:

**PERÍODO DE CREDENCIAMENTO:**

- **Início do Credenciamento: 14 de abril de 2026, às 09h00min**
- **Término do Credenciamento: 04 de maio de 2026, às 09h00min**
- **Horário: Horário de Brasília**

1.4. O Aviso de Abertura deste Instrumento Convocatório será publicado no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

1.5. O presente Edital poderá ser acessado e extraído na íntegra no site <https://www.heliopolis.ba.gov.br/site/editais> e as dúvidas dirimidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Heliópolis - BA, no horário das 08h00min às 12h00min, e das 14h00min às 16h30min de segunda-feira a quinta-feira e das 08h00min às 12h00min sexta-feira, ou pelo e-mail: [licitacao.heliopolis@gmail.com](mailto:licitacao.heliopolis@gmail.com).

**2. DO OBJETO**

2.1. É objeto do presente Edital é o **Credenciamento de agricultor familiar individual e/ou grupo formal / informal para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para alimentação escolar, a fim de atender os alunos da Rede Municipal de Heliópolis**, nos termos e nas condições estabelecidas neste Edital:

2.2. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal Nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

2.3. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal Nº 14.133/2021, ou seja, **paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

2.4. Pela natureza da presente contratação, tem-se que a execução do objeto se dará de forma parcelada, nos termos dos tópicos seguintes;

2.5. A Secretaria requisitante somente poderá iniciar a execução do objeto após a comunicação oficial do Setor de Licitações sobre a efetiva publicação do contrato, momento que marcará o início da fase de execução.

2.6. O produto deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias, a contar da emissão da ordem de compra ou de qualquer outro instrumento hábil nos termos do Art. 95 – Lei 14.133/2021.

2.7. Os Gêneros Alimentícios deverão ser fornecidos, de forma parcelada, conforme a necessidade da secretaria e calendário letivo obedecendo as necessidades do Cardápio da Alimentação Escolar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação, em seu Depósito Central da Alimentação Escolar, de segunda-feira a sexta-feira no horário das 08h00 às 12h00

2.8. O recebimento dos gêneros alimentícios será efetuado pela Comissão de Recebimento ou por servidor responsável, que poderão solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos gêneros alimentícios, ou até mesmo substituí-los, no prazo máximo definido no item anterior, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos;

2.9. O responsável pela fiscalização do fornecimento dos gêneros alimentícios será um servidor designado pela Secretaria de Educação e Nutricionista RT, que fará o acompanhamento de cada entrega;

2.10. As datas de entrega pré-estabelecidas poderão sofrer alterações por parte do setor responsável e não pelo licitante. Caso haja alterações, o setor entrará em contato com os fornecedores e fará o comunicado da alteração.

2.11. Não haverá prorrogação do prazo acima, salvo se a justificativa para tanto for acolhida pela administração.

2.12. Os produtos deverão ser entregues em local a ser indicado pela Secretaria de Educação, no momento da solicitação.

2.13. O responsável pela entrega deverá aguardar a conferência dos produtos, que deverão estar em conformidade com a descrição contida na nota fiscal.

2.14. Os fornecedores ficam com a responsabilidade de trocar os produtos fornecidos por outros de mesma categoria e adequados ao consumo quando, dentro do prazo de validade, os mesmos tornarem-se impróprios para consumo.

2.15. Os fornecedores são obrigatoriamente responsáveis pela periodicidade dos produtos, visto que o descumprimento dessa periodicidade (que estará prevista nos cronogramas) acarreta danos à alimentação familiar e o fornecedor será penalizado.

2.16. Poderá ocorrer a troca de itens de mesma natureza, tipo ou qualidade em caso de intempéries, chuvas, perda de lavoura ou algo que impossibilite a entrega do produto. Para tanto, o fornecedor deverá imediatamente entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação e seus responsáveis por escrito, para que seja firmado um acordo acerca da troca do produto.

2.17. A garantia da contratação será aplicada conforme as normas da Lei Federal Nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2.18. Caso o fornecedor apresente prazo maior de garantia, este prevalecerá em detrimento da previsão acima;

2.19. **DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS**



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**

**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

2.19.1. É obrigatório a apresentação de amostras para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais poderão ser submetidas a testes necessários;

2.19.2. As amostras serão avaliadas por membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), nutricionista (RT) da alimentação escolar, trabalhadores da Educação e membros da comunidade escolar maiores de 21 anos, equipe mínima de 10 pessoas;

2.19.3. Os produtos testados/avaliados deverão ter uma aprovação mínima de 85% de aceitação para que seja considerado aprovado e apto a ser adquirido no processo licitatório e chamada pública;

2.19.4. As amostras solicitadas para avaliação estão definidas em documento enviado em apêndice a este termo de referência.

2.19.5. As amostras poderão ser entregues na sede da Secretaria de Educação, com endereço na Avenida Helvécio Pereira de Santana, s/n, centro, Heliópolis-BA, às 9h do dia solicitado em edital, como solicita o apêndice deste termo de referência.

2.19.5.1. O resultado da análise será publicado em até 05 (cinco) dias após o prazo da apresentação das amostras.

### **3. CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES NO CREDENCIAMENTO:**

3.1. Será permitida a participação somente de fornecedores locais do município, de modo a garantir o fornecimento nas condições delimitadas, privilegiando o desenvolvimento econômico local.

3.1.1. Por fornecedores locais entendem-se aqueles cuja DAP/CAF estiverem cadastradas no Município de Heliópolis - Bahia.

3.2. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com as disposições da Lei Federal Nº 11.326/2006, devendo, aos interessados, apresentar a documentação disposta nos itens para habilitação, item 4.

3.3. Caso não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 7.1 e 7.2.

3.4. Não poderá participar no credenciamento o fornecedor que se encontrar enquadrada em uma das seguintes condições:

a) Suspensa, impedida de licitar ou de contratar com o licitante;

b) Declarada inidônea para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição;

c) Estiver em processo de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

d) Cujos sócios, administradores, empregados, controladores ou profissionais do corpo técnico sejam servidores ou empregados públicos integrantes do quadro pessoal do Licitante (art. 9º, § 1º, da Lei 14.133/2021).

e) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

### **4. DATAS E LOCAIS:**

4.1. Os interessados deverão apresentar todos os documentos elencados no item 5 deste Edital, de acordo com o tipo de fornecedor, a partir da data de sua publicação.

4.2. A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação de todos os documentos enumerados no item 4, de acordo com o tipo de fornecedor, sendo que a falta de qualquer um deles resultará na inabilitação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

4.3. Os interessados poderão solicitar o credenciamento a qualquer momento da vigência deste Edital, que terá duração até 31/12/2026, a contar de sua publicação.

**5. DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:**

5.1. A entrega da documentação dar-se-á das seguintes formas, alternativamente:

a) Presencialmente, em envelope lacrado e devidamente identificado, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Heliópolis - Bahia, no horário das 08h00min às 12h00min, e das 14h00min às 16h30min de segunda-feira a quinta-feira e das 08h00min às 12h00min sexta-feira. O envelope deverá conter a seguinte inscrição:

**À PREFEITURA DE HELIÓPOLIS / BAHIA**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ OU NOME E CPF**  
**TELEFONE: (XX) XXXXX-XXXX E-MAIL:**  
**DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO Nº CD003/2026PMH**

b) Eletronicamente, através do e-mail: [licitacao.heliopolis@gmail.com](mailto:licitacao.heliopolis@gmail.com) com a seguinte identificação no assunto: **“CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH – DOCUMENTAÇÃO”**, contendo no corpo da mensagem as mesmas informações do quadro mencionado item acima;

**5.2 - HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR:**

**5.2.1. ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).**

5.2.1.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope Nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - O extrato da DAP/CAF Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III – Cópias de documentos pessoais com foto do (a) agricultor (a) titular e seu cônjuge, quando for o caso, juntamente com o comprovante de residência atualizado, sendo, um dos últimos 3 (três) meses;

IV - A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

V - A declaração de que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda a serem entregues, são oriundos de produção individual própria;

VI – Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Tributos e Dívida Ativa da União) INSS, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**5.2.2 - ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL:**

5.2.2.1. O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação.

I - A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF dos integrantes do grupo informal;

II - O extrato da DAP/CAF Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - Cópias de documentos pessoais com foto de cada integrante do grupo informal;

IV - A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

V - A declaração de que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda a serem entregues, são produzidos pelos agricultores do grupo informal.

VI – Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Tributos e Dívida Ativa da União) INSS, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, de todos os integrantes do grupo;

VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de todos os integrantes do grupo.

**5.2.3 - ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL:**

5.2.3.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação.

I - A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - O extrato da DAP/CAF Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - A prova de regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

V - Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações, devendo constar no estatuto da entidade que a mesma está apta a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, principalmente da agricultura familiar. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

VI - A declaração de que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda a serem entregues são de produção própria dos associados/cooperados;

VII - A declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

VIII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específica;

**5.2.4. ENVELOPE Nº 02 - PROJETO DE VENDA**

5.2.4.1. No Envelope Nº 02 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.

5.2.4.2. No Projeto de venda deverá constar a identificação completa do fornecedor, o número das respectivas DAP/CAFs, tanto individuais quanto formais, dados bancários, endereço e contatos (e-mail e telefone), bem como a descrição dos produtos ofertados, seguidos de quantidade, valor unitário e valor total, nos moldes do modelo anexo a este Termo.

5.3. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, constatada na abertura dos envelopes, amparado no art. 36, § 4º da Resolução nº 06/2020, poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 03 (três) dias, conforme análise do Agente de Contratação de Equipe de apoio.

5.4. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou acompanhada de declaração de autenticidade;

5.5. Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

**5.6. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES E DECLARAÇÕES:**





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

5.6.1. Declaração Unificada e Requerimento de Credenciamento, assinada pelo fornecedor individual ou representante do grupo, conforme Anexo IV;

5.7. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, ou cópias acompanhadas de declaração de autenticidade;

5.8. Os documentos solicitados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

5.9. Os documentos que não possuírem prazo de vigência, estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ter sido emitidos até 90 (noventa) dias anteriores à data de entrega da documentação.

5.10. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original for substituído por cópia.

5.11. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

5.12. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.13. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

#### **6 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

6.1. Os documentos propostos pelos interessados serão apreciados pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio, que, se necessário, poderão realizar diligência para melhor análise da documentação apresentada, podendo solicitar dados adicionais, requerer visitas técnicas, estabelecer prazo para prestação de informações, dentre outras ações, a fim de avaliar e selecionar as entidades que pretenderem se credenciar junto ao município no objeto deste certame.

6.2. Serão considerados habilitados os fornecedores que apresentarem corretamente a documentação solicitada no item 4 e que atendam todas as condições exigidas neste Instrumento.

6.3. Não constituirá causa de indeferimento de credenciamento a irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento, ou a irregularidade que possa ser sanada mediante a apresentação de documentação complementar.

6.4. Serão considerados inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

6.5. Analisados os documentos, a Agente de Contratação e a Equipe de Apoio lavrarão a ata de credenciamento do fornecedor interessado, declarando-a habilitado ou inabilitado para o certame;

6.6. Caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de publicação do resultado da seleção, sendo julgado pela Autoridade Superior.

5.6.1. O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido à Agente de Contratação e Equipe de Apoio e protocolado na sede da Licitante, fisicamente ou eletronicamente pelo e-mail [licitacao.heliopolis@gmail.com](mailto:licitacao.heliopolis@gmail.com).

6.6.2. O recurso não terá efeito suspensivo.

6.7. Após o prazo de recurso, será lavrado o competente Contrato Administrativo, conforme item 7, que deverá ser assinado pelo credenciado em até 5 (cinco) dias contados da convocação formal;



## **7 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:**

7.1. Em caso de 2 (dois) ou mais credenciados, as demandas serão distribuídas de forma igualitária entre eles, observando-se os seguintes critérios:

7.1.1. As demandas iniciais serão destinadas ao credenciado com a maior oferta de capacidade no respectivo item, seguindo-se a distribuição em alternância entre eles, mantendo a divisão quantitativa igualitária, conforme necessidade da Secretaria de Educação;

7.1.2. As demandas serão redistribuídas à medida em que novo credenciados ingressarem no procedimento;

7.1.3. Em caso fortuito ou de força maior, excepcionalmente, as demandas poderão ser distribuídas de maneira diversa, com a devida justificativa da contratada pela impossibilidade de entrega dos produtos, que deverá ser ratificada pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.4. Assim que estiver sanado o impedimento previsto acima, deverá ser imediatamente restabelecida a distribuição quantitativa igualitária entre os credenciados.

7.2. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

7.3. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – O grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

II – O grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do Estado e o do País;

III – O grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do Estado e do país;

IV – O grupo de projetos do Estado tem prioridade sobre o do País.

7.4. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) Para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP/CAF(s);

b) No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 2º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP/CAF(s).

II – Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

III – Os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP/CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP/CAF);

a) No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP/CAF Jurídica;

b) Em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

7.5. Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 7.1 e 7.2.

## **8- DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

8.1. Estando o fornecedor habilitado, o Setor de Licitações o convocará para firmar o contrato administrativo via correio, ou por contato telefônico, ou ainda via e-mail, ficando a critério do Licitante o encaminhamento do contrato por e-mail, para a sua devolução devidamente assinada pela parte contratada, também por e-mail ou de forma impressa.

8.2. O prazo para assinatura do contrato administrativo será de 05 (cinco) dias, contados da convocação do fornecedor pelo órgão licitante, sob pena de decair do direito à contratação.

8.2.1. A critério do órgão licitante, o prazo para entrega do contrato assinado poderá ser prorrogado, desde que haja solicitação do fornecedor interessado de forma tempestiva e formal.

8.3. O presente Edital e o requerimento da interessada farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

8.4. O extrato do contrato administrativo e dos termos aditivos será publicado no Diário Oficial do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da data de sua assinatura.

8.5. O prazo de vigência do contrato será de até 30 de abril de 2026, contados da sua assinatura, englobando todas as atividades necessárias à sua execução, sobretudo empenhos, solicitações de compra, entrega dos produtos, pagamentos e eventuais pedidos de prorrogação, podendo ser feita a sua prorrogação nos termos do artigo 107, da Lei 14.133/2021.

8.6. O fornecedor deverá manter durante toda a execução do objeto, bem como em eventuais prorrogações do contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas neste edital, cuja comprovação poderá ser exigida a qualquer tempo pelo fiscal do contrato, além do disposto no item 8.3.1.

8.6.1. Na falta de algumas das condições para a prorrogação do Contrato, o caso será analisado pelo gestor do contrato, que deliberará, justificadamente, sobre a aprovação ou não da prorrogação e, em caso positivo, estabelecerá prazo para entrega dos documentos faltantes.

8.7. O acréscimo ou a diminuição do objeto do contrato administrativo, que ensejar a modificação do valor do contrato, poderá ser feito a qualquer momento, de ofício pela Secretaria requisitante ou por meio de solicitação escrita, pelo contratado, à referida Secretaria, devidamente motivado, que solicitará o respectivo aditivo contratual.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

8.7.1. Fica o fornecedor obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

8.7.2. Também nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021, nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, com exceção das supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

## **9 - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO:**

9.1. Os produtos dos contratados serão remunerados de acordo com os valores constantes da Tabela presente no item 1.1 do Edital, cuja aceitação deverá ser expressa por meio do Requerimento de Credenciamento do Anexo IV;

9.2. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela do item 1.1 do Edital.

9.3. O pagamento será efetuado pelo órgão licitante em até 30 (dias) da apresentação e aprovação da Nota Fiscal, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

9.3.1. A nota fiscal deverá estar acompanhada de prova de manutenção das condições de habilitação do fornecedor, com a apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de não conclusão do pagamento;

9.4. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.5. Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

9.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao fornecedor, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Licitante.

9.7. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto são de responsabilidade do fornecedor, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

9.8. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao fornecedor, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o órgão licitante.

## **10- DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO:**

10.1. O Contrato Administrativo poderá ser rescindido unilateralmente, a critério do Contratante, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer momento, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie e sem prejuízo da aplicação de penalidades, quando for o caso, nas seguintes hipóteses:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

- a) Pelo não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- b) Pelo atraso injustificado no início da entrega dos produtos;
- c) Pela paralisação na execução do objeto sem justa causa;
- d) Pela existência de reclamações dos destinatários da entrega em relação ao atendimento, cuja natureza, gravidade ou reincidência justifique a medida;
- e) Pela subcontratação não autorizada no Contrato, total ou parcial, cessão ou transferência do objeto ajustado, assim como cisão, fusão ou incorporação que afetem a execução do que foi pactuado;
- f) Pelo não atendimento às determinações regulamentares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual, como também a de seus superiores;
- g) Pelo cometimento reiterado de faltas na execução do objeto, anotadas na forma do parágrafo 1º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021;
- h) Por razões de interesse público;
- i) Pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução contratual;
- j) Por deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para o cadastramento;
- k) Pelos demais motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos;
- l) Por iniciativa unilateral do Município, objetivando bem atender a população.

10.2. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Contratado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal Nº 14.133/2021.

10.3. Fica assegurado ao Contratado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá à Secretária Municipal de Administração para tomada de decisão.

**11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:**

11.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Ação</b>	<b>Classe Econômica</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
0401 – Fundo Municipal de Educação	2.021 – Manutenção da Merenda Escolar	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	15520000 – Transferência de recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 15500000 – Transferência do Salário Educação

**12. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO:**

12.1. Os interessados devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

d) Prática obstrutiva: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

e) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

### **13. DAS PENALIDADES**

13.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.3. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

13.3.2 Multa, cujo valor será calculado com base na complexidade do objeto e prejuízos apurados mediante Processo Administrativo Sancionador, até o limite de 30% do valor do contrato;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

13.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois anos;

13.4.1. Impedimento de licitar e de contratar com o órgão licitante pelo prazo de até cinco anos.

13.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Disciplinar.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do Processo Administrativo Disciplinar não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por fornecedor, com ou sem a participação de agente público.

13.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

13.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### **14. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO:**

14.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado através de portaria pela autoridade competente.

14.1.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.1.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.1.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

14.2. A gestão da contratação a ser realizada ficará a cargo de servidor designado pela autoridade competente o âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

14.2.1. Caberá ao gestor do contrato gerenciar o mesmo, de modo a acompanhar a fiscalização, acompanhamento e verificação sua perfeita execução nos moldes atestados pelo fiscal, em todas as fases, até o recebimento do objeto.

14.3. O gestor e o fiscal deverão adotar todas as providências necessárias para a regular execução do contrato.

14.4. Assim, além das atividades já descritas, precisam realizar:

14.4.1. Ações para garantir a continuidade do contrato (prorrogação, alteração, extinção e nova contratação);

14.4.2. Comunicação e cobrança formais e por escrito à contratada sobre alguma regularização necessária;

14.4.3. Dar ciência formal a seus superiores dos incidentes e das ocorrências importantes;

14.4.4. Abrir processo sancionatório, e se necessário, aplicar penalidades;

14.4.5. Fornecer informações e dados para atendimento às demandas da Lei de Acesso à Informação e divulgação dos dados no Portal da Transparência;

14.4.6. Monitorar e reavaliar periodicamente os riscos de integridade das empresas contratadas, entre outras necessárias a devida execução do objeto contratado.

#### **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

15.1. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, a qualquer tempo de vigência do credenciamento, endereçados à Agente de Contratação, entregues fisicamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Heliópolis, no horário das 08h00min às 12h00min, e das 14h00min às 16h30min de segunda-feira a quinta-feira e das 08h00min às 12h00min sexta-feira, ou pelo e-mail [licitacao.heliopolis@gmail.com](mailto:licitacao.heliopolis@gmail.com).

15.1.1. As eventuais alterações no edital decorrentes de impugnações e pedidos de esclarecimentos serão incorporadas por meio de Termo Aditivo aos contratos já firmados, se for o caso.

15.2. Caberá ao Agente de Contratação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis.

15.3. As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei Nº 14.133/2021.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por fornecedor, sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

#### **16. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:**

16.1. Nos termos do art. 71 da Lei Nº 14.133/2021, a Prefeitura Municipal de Heliópolis poderá revogar o presente Credenciamento e os contratos dele decorrentes, no todo





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

ou em parte, por motivo de conveniência e oportunidade resultante de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-los por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, devendo o ato ser publicado no Diário Oficial do Município, sem que assista aos contratados direito à indenização.

16.1.1. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

16.2. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

16.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

16.4. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

16.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

16.6. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.7. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

17.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a o início do marco temporal do processo, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação do credenciamento entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, nos termos do art. 183, da Lei Nº 14.133/2021.

17.5. O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.6. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.acessoinformacao.com.br/ba/heliopolis-compras/>. (link: Diário Oficial).

17.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente de contratação, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

17.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Heliópolis/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;**

**Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**Anexo III – RELAÇÃO DAS ESCOLAS CONTEMPLADAS PELO PNAE NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS;**

**Anexo IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA E REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO;**

**Anexo V – MINUTA DO CONTRATO;**

**Anexo VI – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS);**

**Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR PRODUÇÃO PRÓPRIA GRUPOS FORMAIS;**

**Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS;**

**Anexo IX - MODELO DE PROJETO DE VENDA PROPOSTO PARA OS GRUPOS FORMAIS;**

**Anexo X - MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS INFORMAIS;**

**Anexo XI - MODELO PROPOSTO PARA OS FORNECEDORES INDIVIDUAIS.**

Heliópolis/BA, em 10 de abril de 2026.

**Eliuza Sousa Mendes**  
**Secretária Municipal de Educação**

**José Mendonça Dantas**  
**Prefeito**



**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**  
**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar, fundamentar e demonstrar a necessidade da contratação pretendida, bem como identificar a solução mais adequada para atendimento da demanda da Administração Pública, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

Este documento constitui etapa indispensável da fase preparatória do processo licitatório, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e visa subsidiar a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, por meio da avaliação de aspectos técnicos, operacionais, administrativos e econômicos relacionados ao objeto a ser contratado.

O ETP busca assegurar que a solução adotada seja a mais vantajosa para a Administração, considerando a realidade do mercado, as alternativas disponíveis, os riscos envolvidos, a viabilidade técnica e financeira, bem como a compatibilidade da contratação com os instrumentos de planejamento institucional.

Assim, por meio deste estudo, a Administração pretende estruturar uma contratação eficiente, transparente e juridicamente segura, capaz de atender à demanda apresentada, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a efetiva prestação dos serviços ou fornecimento dos bens necessários ao cumprimento das políticas públicas sob sua responsabilidade.

### **2. INFORMAÇÕES GERAIS**

Unidade Administrativa	Responsável
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Eliuza Sousa Mendes

### **3. SUGESTÃO DE OBJETO PARA CONTRATAÇÃO**

CREDENCIAMENTO DE AGRICULTOR FAMILIAR INDIVIDUAL E/OU GRUPO FORMAL / INFORMAL PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, A FIM DE ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS/BA.

### **4. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, I)**

A contratação para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento da alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal de Heliópolis/BA, configura-se como medida indispensável, contínua e estratégica para a efetivação do direito fundamental à alimentação adequada e à educação, bem como para o cumprimento das políticas públicas estruturantes vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Nos termos da Lei Federal nº 11.947/2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025, tornou-se obrigatória a destinação de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a aquisição direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, além de dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE, reforçando os requisitos de qualidade, segurança sanitária e adequação dos alimentos



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

fornecidos às unidades escolares. Tal diretriz visa não apenas garantir o fornecimento regular de alimentos às escolas, mas também promover o desenvolvimento econômico e social sustentável, o fortalecimento da economia local, a geração de renda no meio rural e a redução das desigualdades territoriais.

A Resolução CD/FNDE nº 06/2020 estabelece parâmetros técnicos e operacionais para a execução do PNAE, determinando que os cardápios da alimentação escolar devem respeitar os hábitos alimentares locais, a sazonalidade da produção, a diversidade de alimentos e os princípios da alimentação adequada e saudável, com estímulo à aquisição de produtos in natura ou minimamente processados, o que reforça a relevância da agricultura familiar como principal provedora desse perfil de alimentos. Complementarmente, a Resolução CD/FNDE nº 03, de 4 de fevereiro de 2025, atualiza as diretrizes operacionais do programa, reforçando os critérios de planejamento das compras, priorização de fornecedores locais e regionais, controle social e monitoramento da execução, em consonância com os princípios da segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade, economicidade e eficiência da gestão pública.

No âmbito Federal, a Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025, ao fortalecer as compras públicas de alimentos da agricultura familiar, consolida a integração entre as políticas de segurança alimentar, educação, desenvolvimento rural sustentável e economia solidária, estimulando os municípios a adotarem mecanismos de compra institucional que valorizem os produtores locais, promovam circuitos curtos de comercialização e ampliem o acesso a mercados institucionais. Tal diretriz reforça o papel do Município de Heliópolis/BA na implementação de políticas públicas articuladas que assegurem o escoamento da produção local e regional.

A realidade socioeconômica do Município de Heliópolis/BA evidencia a presença significativa de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, cujas atividades produtivas representam importante fonte de sustento e de dinamização da economia local. Nesse contexto, a aquisição institucional de alimentos para a merenda escolar configura-se como instrumento eficaz de promoção do desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que contribui para a qualidade nutricional das refeições ofertadas aos estudantes, favorecendo o desempenho escolar, a permanência dos alunos na escola e a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Ademais, a contratação é necessária para assegurar a regularidade e a continuidade do fornecimento de gêneros alimentícios às unidades escolares da rede municipal, prevenindo a descontinuidade no atendimento do PNAE e garantindo que os alimentos fornecidos atendam aos requisitos de validade, qualidade e conformidade sanitária exigidos pela legislação vigente. A não realização da contratação comprometeria o cumprimento do percentual mínimo legal de aquisição da agricultura familiar, além de expor a Administração ao risco de desabastecimento e de prejuízos à execução da política pública de alimentação escolar.

Diante do exposto, resta plenamente caracterizada a necessidade, a legalidade e o interesse público na realização da contratação para aquisição de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, por meio de Chamada Pública (credenciamento), como instrumento adequado para viabilizar a política do PNAE, cumprir os comandos legais e normativos vigentes, assegurar a adequada alimentação escolar aos alunos da rede pública municipal de Heliópolis/BA e, simultaneamente, fomentar o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão produtiva e o fortalecimento da economia local e regional.

## **5. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133, art. 18, § 1º, II.)**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

O planejamento anual das contratações públicas, embora não possua caráter obrigatório, conforme dispõe o inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, constitui instrumento essencial para o aprimoramento da governança, do controle e da eficiência na gestão dos recursos públicos.

O Município encontra-se em fase de estruturação e consolidação de seus instrumentos de planejamento, visando à futura elaboração e implementação do Plano de Contratações Anual – PCA, o qual permitirá o alinhamento sistemático das contratações às reais necessidades administrativas, à capacidade orçamentária e às prioridades institucionais.

Ressalta-se que, mesmo na ausência formal do PCA, a presente demanda foi devidamente analisada e encontra respaldo nos instrumentos orçamentários vigentes, especialmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, que estabelecem as metas, prioridades e dotações necessárias à execução das políticas públicas, assegurando a compatibilidade da contratação com o planejamento fiscal e orçamentário do Município.

A contratação pretendida está alinhada às diretrizes estratégicas da Administração, às metas setoriais da política pública correspondente e às previsões de receitas e despesas constantes na LOA, observando-se os princípios do planejamento, da legalidade, da eficiência, da economicidade e da responsabilidade fiscal.

Dessa forma, a Administração demonstra que, ainda que o PCA esteja em fase de implantação, a contratação encontra-se devidamente justificada, planejada e compatível com os instrumentos formais de planejamento orçamentário e financeiro, atendendo plenamente aos requisitos legais e às boas práticas de governança pública.

## **6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, III)**

### **➤ Requisitos Gerais**

A presente contratação visa a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos termos da Lei nº 11.947/2009, com as alterações posteriores, e das normas complementares expedidas pelo FNDE. Para tanto, foram definidos requisitos mínimos, necessários e suficientes à escolha da solução, de modo a assegurar que esta atenda, de forma adequada, aos princípios do interesse público, legalidade, eficiência, economicidade, segurança alimentar e nutricional.

Os requisitos definidos consideram:

- **Conformidade legal e normativa:** A contratação deve observar obrigatoriamente os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 11.947/2009, com as alterações mais recentes, e pelas Resoluções do FNDE vigentes (em especial a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e a Resolução CD/FNDE nº 03/2025), que determinam a aplicação de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) dos recursos repassados pelo PNAE na compra direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, com prioridade para fornecedores do território do Município e da região, conforme diretrizes do programa.

- **Atendimento nutricional e sanitário:** Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão estar em conformidade com os cardápios elaborados por nutricionista responsável técnico, garantindo diversidade alimentar, adequação nutricional e segurança sanitária, nos termos das normas do FNDE e da legislação sanitária aplicável. Isso inclui exigências relativas à qualidade dos produtos, prazos mínimos de validade compatíveis com o consumo no âmbito escolar, apresentação, rotulagem quando aplicável, acondicionamento e condições adequadas





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

de transporte e armazenamento, assegurando a integridade dos alimentos até o momento da entrega.

- **Produção local, regional e sustentabilidade:** O fornecimento deverá priorizar a produção local e regional, valorizando os circuitos curtos de comercialização e fomentando a economia rural do Município de Heliópolis/BA, com observância aos princípios da sustentabilidade ambiental, econômica e social, da função social da produção rural e do desenvolvimento sustentável, conforme diretrizes das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de fortalecimento da agricultura familiar.

- **Capacidade de fornecimento e logística:** Os agricultores familiares, empreendedores familiares rurais ou suas organizações (associações e cooperativas) deverão comprovar capacidade técnica, produtiva e logística para realizar as entregas nas unidades escolares e/ou pontos de distribuição indicados pela Administração, nas quantidades, prazos e periodicidade estabelecidos pelo setor responsável pela alimentação escolar, assegurando a regularidade do abastecimento ao longo da vigência contratual.

- **Documentação exigida (CAF ou DAP):** Os fornecedores deverão estar regularmente inscritos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, que substitui a antiga Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, conforme normatização federal vigente, devendo o cadastro estar ativo e válido à época da Chamada Pública e durante a execução contratual, além da apresentação da documentação fiscal, sanitária e demais documentos exigidos no Edital, inclusive aqueles relativos à regularidade jurídica e às autorizações sanitárias dos produtos, quando aplicável.

- **Preço compatível com o mercado local e regional:** Os preços de referência deverão observar os parâmetros do mercado local, regional e/ou estadual, mediante pesquisa de preços em feiras livres, cooperativas, mercados, centrais de abastecimento e fontes oficiais, quando cabível, de modo a assegurar a compatibilidade com a realidade econômica local, a vantajosidade da contratação e a transparência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade e da boa gestão.

A definição desses requisitos mostra-se essencial para assegurar que a solução escolhida — aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio de Chamada Pública, conforme modelo institucional preconizado pelo FNDE — seja tecnicamente viável, juridicamente adequada, socialmente justa e economicamente eficiente, atendendo plenamente à finalidade pública da política de alimentação escolar. Trata-se de solução consolidada no ordenamento jurídico brasileiro, amplamente reconhecida por sua efetividade, simplicidade operacional e impactos positivos na promoção da alimentação adequada e saudável dos estudantes, bem como no fortalecimento da agricultura familiar e da economia rural local e regional.

➤ **Requisitos de Qualificação - previstos nos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/21**

➤ **Habilitação Jurídica, Fiscal, Trabalhista e social**

O fornecedor contratado deverá apresentar, no processo licitatório, os documentos exigidos pela legislação vigente para comprovação de sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e social nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme aplicável.

➤ **Qualificação Econômico-Financeiro**

Para o caso de pessoa jurídica deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira, apresentando: a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data recente (máximo de 90 dias, salvo se o prazo legal for outro); b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da empresa, conforme Termo de Referência; c) Índices contábeis, como Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, com valores iguais ou superiores a 1, salvo disposição diversa no edital ou legislação aplicável. Esses documentos visam garantir que a empresa possui condições econômicas de manter o fornecimento de forma regular durante toda a vigência contratual.

➤ **Capacidade Técnica**

A contratada deverá comprovar experiência compatível com o objeto, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, que demonstrem a execução anterior de fornecimento similar ao ora contratado, em quantidade e características compatíveis com o objeto.

Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Credenciada ou pela própria Credenciada e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Credenciada.

➤ **Dos Critérios de Escolha dos Interessados e Distribuição da Demanda**

A Escolha dos credenciados será paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, conforme dispõe o art. 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

A seleção dos interessados no âmbito da Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural destinados ao PNAE observará os critérios estabelecidos na Lei nº 11.947/2009, com as alterações vigentes, e nas Resoluções do FNDE aplicáveis (notadamente a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e a Resolução CD/FNDE nº 03/2025), assegurando os princípios da isonomia, transparência, impessoalidade, eficiência e do fortalecimento da produção local e regional.

A classificação e a escolha dos fornecedores habilitados obedecerão, preferencialmente, à seguinte ordem de prioridade, sem prejuízo do atendimento integral da demanda do Município:

I – Fornecedores locais do Município de Heliópolis/BA, compreendendo agricultores familiares individuais, grupos formais (associações e cooperativas) e empreendedores familiares rurais, devidamente inscritos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF;

II – Fornecedores da região geográfica imediata e intermediária;

III – Fornecedores do território do Estado da Bahia;

IV – Fornecedores de outras unidades da Federação, caso não haja oferta suficiente para atendimento da demanda local e regional.

A distribuição da demanda entre os fornecedores selecionados será realizada de forma proporcional, equilibrada e transparente, observando-se:

a) a capacidade de produção e de fornecimento comprovada por cada interessado no Projeto de Venda;

b) a diversificação de fornecedores, como forma de mitigar riscos de desabastecimento e fortalecer o maior número possível de agricultores familiares locais e regionais;

c) a regularidade do fornecimento ao longo do período de vigência contratual;

d) o atendimento aos cardápios planejados pela nutricionista responsável, respeitada a sazonalidade da produção agrícola;

e) a adequação logística para entrega nos locais definidos pela Administração.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

Na hipótese de a quantidade ofertada por determinado interessado superar a demanda prevista para o respectivo item, poderá a Administração promover a divisão da quantidade entre dois ou mais fornecedores habilitados, desde que mantidas as condições de qualidade, preço de referência e capacidade de fornecimento, assegurando-se a ampliação do acesso dos agricultores familiares ao mercado institucional.

Caso a oferta local e regional se mostre insuficiente para atendimento integral da demanda, a Administração poderá complementar a contratação com fornecedores de outras localidades, respeitada a ordem de prioridade estabelecida e a compatibilidade dos preços com o mercado de referência.

Os critérios aqui definidos têm por finalidade assegurar a continuidade do fornecimento da alimentação escolar, promover a equidade na distribuição das oportunidades de fornecimento, fortalecer a economia local e regional e garantir a eficiência e a segurança no atendimento do PNAE, em conformidade com as diretrizes legais e normativas vigentes.

➤ **Requisitos Legais**

A contratação ora proposta deverá observar integralmente a legislação vigente aplicável à administração pública, especialmente no que tange aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme estabelecido na Constituição Federal e demais normas infraconstitucionais.

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações
- Decreto Municipal nº 03/2024
- Decreto Municipal nº 36/2024
- Lei Federal nº 11.947/2009
- Lei Federal nº 15.226/2025
- Resolução CD/FNDE 06/2020
- Resolução CD/FNDE 03/2025

## **7. DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

**(Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV)**

O quantitativo estimado dos gêneros alimentícios foi definido com base em critérios técnicos e parâmetros objetivos, considerando a demanda histórica da Rede Municipal de Ensino, a matrícula consolidada do ano letivo de 2025 e a projeção de variação de matrículas para o ano letivo de 2026, em consonância com o planejamento educacional do Município de Heliópolis/BA.

Para a estimativa das quantidades, foram considerados, ainda, o número de dias letivos previstos no calendário escolar oficial, o número de refeições ofertadas diariamente por aluno, de acordo com a etapa e a modalidade de ensino (educação infantil, ensino fundamental, tempo parcial ou integral), bem como os cardápios elaborados por nutricionista habilitado, observando os parâmetros nutricionais estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A metodologia de cálculo adotada contemplou o consumo médio per capita por refeição, a frequência de oferta de cada item nos cardápios e uma margem técnica de segurança, destinada a absorver eventuais variações de demanda decorrentes de oscilações na frequência escolar, ampliação de turmas, remanejamento de alunos, ajustes no calendário letivo e outras situações imprevisíveis, sem prejuízo da regularidade do atendimento da alimentação escolar.

Ressalta-se que a memória de cálculo detalhada, demonstrando a variação entre os quantitativos do ano letivo de 2025 e a projeção para 2026, encontra-se anexada ao



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

processo administrativo/Estudo Técnico Preliminar, contendo as premissas adotadas, critérios de cálculo, coeficientes de consumo e projeções quantitativas, de modo a assegurar transparência, rastreabilidade e fundamentação técnica às estimativas apresentadas.

Os quantitativos indicados possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral, servindo como parâmetro para o planejamento das aquisições, formação dos projetos de venda, controle administrativo e gestão do fornecimento, sendo as aquisições realizadas de forma parcelada e conforme a necessidade efetiva da Administração, durante a vigência dos contratos decorrentes da Chamada Pública.

Diante disso, o quantitativo estimado foi dimensionado de modo a garantir a continuidade do fornecimento da alimentação escolar, a segurança alimentar e nutricional dos estudantes e a adequada execução das políticas públicas educacionais, observando-se os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.

Variação Demanda ano Letivo de 2025 e ano letivo de 2026.

<b>Descrição do Item</b>	<b>Quantidade 2025</b>	<b>Quantidade 2026</b>	<b>Variação Absoluta</b>	<b>Variação %</b>
ABACAXI – in natura, de primeira qualidade, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Deverá ser transportados em carros higienizados em temperatura ambiente.	52	180	128	246.15%
ABÓBORA – vegetal in natura, de 1ª qualidade, de coloração uniforme, com características íntegras e de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isenta de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos de acordo com as Resoluções vigentes. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica.	544	562	18	3.31%
ALFACE – crespa ou lisa, unidade de aproximadamente 360g, de primeira qualidade, frescas e sãs. No ponto de maturação adequado para o consumo e produzido sem uso de agrotóxicos. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos	1686	510	-1176	-69.75%



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitos e larvas. Acondicionadas em quantidade conforme solicitação em embalagem de polietileno atóxico.				
BANANA DA PRATA – de primeira qualidade, fresca, compacta, firme, coloração, uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isento de: sujidades, parasitas e larvas, rachaduras, cortes e perfurações, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos de acordo com as Resoluções vigentes.	6821	2508	-4313	-63.23%
BATATA DOCE – vegetal in natura, de 1ª qualidade, de coloração uniforme, com características íntegras, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos de acordo com as Resoluções vigentes. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica.	435	314	-121	-27.82%
BEIJU DE COCO – elaborado com composição básica de leite de coco fresco, farinha de tapioca, açúcar e sal. A farinha de mandioca deve ser fabricada a partir de grãos são e limpos, isentos de matéria terrosa, insetos, parasitas e larvas, em perfeito estado de conservação. O beiju deve estar úmido e não pode ter consistência endurecida. Acondicionado em embalagens de plástico transparentes atóxicos individuais e lacrados hermeticamente, pesando 100g cada unidade. Deve apresentar na embalagem data de fabricação, validade, quantidade. O produto deverá	2794	17343	14549	520.72%





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

apresentar fabricação máxima de 12 horas.				
BEIJU DE TAPIOCA FRESCO – elaborado com composição básica de farinha de tapioca e sal. A farinha de mandioca deve ser fabricada a partir de grãos são e limpos, isentos de matéria terrosa, insetos, parasitas e larvas, em perfeito estado de conservação. O beiju não deve estar úmido e não pode ter consistência muito endurecida. Acondicionado em embalagens de plástico transparentes atóxicos individuais e lacrados hermeticamente, pesando 100g cada unidade. Deve apresentar na embalagem data de fabricação, validade, quantidade. O produto deverá apresentar fabricação máxima de 12 horas.	1115	2292	1177	105.56%
BETERRABA – vegetal in natura, de 1ª qualidade, de coloração uniforme, com características íntegras, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isenta de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos de acordo com as Resoluções vigentes. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica.	48	42	-6	-12.50%
BOLO DE OVOS – de 1ª qualidade, a base de farinha de trigo, cor, cheiro e sabor característicos, textura macia, livres de contaminação química, física ou biológica, acondicionado em saco transparente, atóxico e lacrado. Na embalagem deverá indicar: procedência data de validade, CNPJ/CPF, lote e tabela nutricional. Fabricação de acordo com a legislação vigente. Embalagem individual de 100g. Feitos na data de entrega.	549	2292	1743	317.49%
BROA DE TAPIOCA – 100g, de 1ª qualidade, a base de farinha de tapioca, cor, cheiro e sabor característicos,	6685	2292	-4393	-65.71%



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

textura macia, livres de contaminação química, física ou biológica, acondicionado em saco transparente, atóxico e lacrado. Na embalagem deverá indicar: procedência data de validade, CNPJ/CPF, lote e tabela nutricional.				
CEBOLA BRANCA – 1 kg, de primeira qualidade, sem ramo, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, sem perfurações e cortes sem manchas com tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades parasitos e larvas. Embalada em sacos de rafia contendo 5 kg.	588	845	257	43.71%
CEBOLINHA – maço grande, de 1ª qualidade, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com folhas em bom estado de conservação, coloração uniforme, isentos de sujidades, parasitos, larvas e corpos estranhos, de acordo com as Resoluções vigentes. Maço em média de 250 gramas.	2326	3379	1053	45.27%
CENOURA – 1 kg, de primeira qualidade, sem ramo, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachadura e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida. De colheita recente.	1159	893	-266	-22.95%
CHUCHU – 1 kg, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, livre de enfermidades, materiais terrosos, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. De colheita recente.	629	674	45	7.15%
COENTRO – maço de aproximadamente 120 gramas, hortaliça classificada como verdura, cor verde, fresca, aspecto e sabor próprio, isenta de sinais de apodrecimento, sujidades e materiais terrosos.	4054	7040	2986	73.66%



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

COLORÍFICO EM PÓ – fino homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, de coloração amarela, com aspecto com cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos e a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente de 100 gramas, embalado em caixa de papelão reforçado.	1393	1689	296	21.25%
COMINHO MOÍDO – extraído de sementes de cominho de primeira qualidade, puro, com aspecto, cor, cheiro, sabor característicos, sem misturas, isentos de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem de 100 gramas, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	1393	1689	296	21.25%
COUVE MANTEIGA – maço de aproximadamente 250 gramas, fresca, de primeira qualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, de qualidade firme e intacta, isenta de enfermidades material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionados em embalagem adequada.	117	83	-34	-29.06%
FARINHA DE MANDIOCA – torrada, de primeira qualidade, fina, seca, branca, fabricada a partir de matérias prima limpas, isenta de materiais terrosos,	26	21	-5	-19.23%



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

parasitas e detritos animais ou vegetais. Não pode estar úmida, fermentada ou rançosa, de acordo com as Resoluções vigentes. Acondicionado em embalagem primária de saco plástico atóxico transparente. Apresentação do produto: embalagem de 01 quilo.				
FEIJÃO CARIOCA – tipo 1, constituído de grãos inteiros, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em embalagem primária de saco plástico atóxico transparente. Apresentação do produto: embalagem de 01 quilo.	2036	809	-1227	-60.27%
GOIABA – fruta de tamanho médio, de 1ª qualidade, frescas, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, não podendo estar golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física que afetem a sua aparência. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos de acordo com as Resoluções vigentes.	1552	1622	70	4.51%
LARANJA PERA – de primeira qualidade, in natura, 1 cento, apresentando grau de maturação adequado à manipulação, transporte e consumo, isenta de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	6538	1871	-4667	-71.38%
MACAXEIRA – 1 kg, lavada, inteira, de colheita recente, livre de parasitos e larvas, sem umidade anormal, isenta de odor e sabor estranho.	1780	2063	283	15.90%
MAMÃO HAVAI – 1 kg, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitos e larvas, tamanho e coloração uniformes, bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, sem	3537	3060	-477	-13.49%



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionado em caixa.				
MANGA – 1 kg, de boa qualidade, livre de lesões físicas ou mecânicas, no ponto de maturação adequado para o consumo, com cor, sabor e odor característico.	1856	5393	3537	190.57%
MARACUJÁ – fruta de tamanho médio, de 1ª qualidade, fresca, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, não podendo estar golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos de acordo com as Resoluções vigentes.	1727	1595	-132	-7.64%
MELANCIA – 1 kg, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitos e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, acondicionada em a granel.	3690	1134	-2556	-69.27%
MELÃO – in natura, amarelo tipo 6 de 1ª qualidade - semi maduro, consistência firme, casca integra. Deverá ser transportado em carros higienizados em temperatura ambiente.	1434	2682	1248	87.03%
MILHO VERDE – de primeira, com grãos íntegros e tamanhos normais, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	225	196	-29	-12.89%
PIMENTA DE CHEIRO – de 1ª qualidade, in natura, fresca, de	190	0	-190	- 100.00%





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

tamanho pequeno, coloração uniforme, com características íntegras, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos, de acordo com as Resoluções vigentes.				
PIMENTÃO VERDE – 1 kg, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, livre de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. De colheita recente.	588	507	-81	-13.78%
POLPA DE FRUTA, SABOR ACEROLA – natural integral congelada, sabor acerola, sem conservantes e aditivos, embalagem plástica de 1 kg contendo datas de fabricação e validade impressas na embalagem individualmente. Produto com registro do serviço de inspeção/MAPA.	1281	1570	289	22.56%
POLPA DE FRUTA, SABOR CAJÁ – natural integral congelada, sabor cajá, sem conservantes e aditivos, embalagem plástica de 1 kg contendo datas de fabricação e validade impressas na embalagem individualmente. Produto com registro do serviço de inspeção/MAPA.	164	180	16	9.76%
POLPA DE FRUTA, SABOR GOIABA – natural integral congelada, sabor goiaba, sem conservantes e aditivos, embalagem plástica de 1 kg contendo datas de fabricação e validade impressas na embalagem individualmente. Produto com registro do serviço de inspeção/MAPA.	952	1622	670	70.38%
POLPA DE FRUTA, SABOR MANGA – natural integral congelada, sabor	764	1104	340	44.50%



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

manga, sem conservantes e aditivos, embalagem plástica de 1 kg contendo datas de fabricação e validade impressas na embalagem individualmente. Produto com registro do serviço de inspeção/MAPA.				
QUIABO – vegetal in natura, de 1ª qualidade, de coloração uniforme, com características íntegras, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isenta de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos de acordo com as Resoluções vigentes. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica.	97	49	-48	-49.48%
REPOLHO BRANCO – in natura, de 1ª qualidade, folhoso fresco, de coloração uniforme, devidamente higienizado. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos. Cabeça com no mínimo 700 gramas.	58	21	-37	-63.79%
TANGERINA – de primeira. Das variedades: mexerica ou ponkan. Classe: 78 (Menor diâmetro de 78 mm e maior diâmetro de 82 mm); Coloração C4; Categoria I. Deve apresentar as características da variedade bem definidas (cor, textura, sabor), aroma levemente perfumado, estar fisiologicamente desenvolvida, sádia, isenta de substâncias nocivas à saúde. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Deverá apresentar-se bem formadas, sem manchas, sem ataque de pragas e doenças, sem rachaduras e danos mecânicos.	7715	737	-6978	-90.45%
TOMATE – in natura, 1 kg, de primeira qualidade, em amadurecimento, isento de partes pútridas, isento de sujidades,	1996	937	-1059	-53.06%



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

parasitos e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte embalagem plástica transparente atóxica.

**Matrícula Efetiva em 2025**

<b>Modalidade</b>	<b>Matrículas 2025</b>
Educação Infantil	585
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	668
Ensino Fundamental – Anos Finais	542
Educação de Jovens e Adultos – EJA	592
Atividade Complementar – Fundamental I	202
Atividade Complementar – Fundamental II	228
Atendimento Educacional Especializado – AEE	141
Educação Integral	67

**Estimativa de Demanda para o ano letivo de 2026**

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quant</b>	<b>Média de Valor</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	ABACAXI – in natura, de primeira qualidade, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Deverá ser transportados em carros higienizados em temperatura ambiente.	Quilogramas	180	R\$ 8,05	<b>R\$ 1.449,00</b>
2	ABÓBORA – vegetal in natura, de 1ª qualidade, de coloração uniforme, com características íntegras e de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isenta de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos de acordo com as Resoluções vigentes. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica.	Quilogramas	562	R\$ 5,00	<b>R\$ 2.810,00</b>
3	ALFACE – crespa ou lisa, unidade de aproximadamente 360g, de primeira	Maço	510	R\$ 2,98	<b>R\$ 1.519,80</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	qualidade, frescas e sãs. No ponto de maturação adequado para o consumo e produzido sem uso de agrotóxicos. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitos e larvas. Acondicionadas em quantidade conforme solicitação em embalagem de polietileno atóxico.				
4	BANANA DA PRATA – de primeira qualidade, fresca, compacta, firme, coloração, uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isento de: sujidades, parasitas e larvas, rachaduras, cortes e perfurações, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos de acordo com as Resoluções vigentes.	Dúzias	2508	R\$ 8,32	<b>R\$ 20.866,56</b>
5	BATATA DOCE – vegetal in natura, de 1ª qualidade, de coloração uniforme, com características íntegras, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos de acordo com as Resoluções vigentes. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica.	Quilogramas	314	R\$ 4,06	<b>R\$ 1.274,84</b>
6	BEIJU DE TAPIOCA FRESCO – elaborado com composição básica de farinha de tapioca e sal. A farinha de mandioca deve ser fabricada a partir de grãos são e limpos, isentos de matéria terrosa, insetos, parasitas e larvas, em perfeito estado de conservação. O beiju não deve estar úmido e não pode ter consistência muito endurecida. Acondicionado em	Unidades	2292	R\$ 4,50	<b>R\$ 10.314,00</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	embalagens de plástico transparentes atóxicos individuais e lacrados hermeticamente, pesando 100g cada unidade. Deve apresentar na embalagem data de fabricação, validade, quantidade. O produto deverá apresentar fabricação máxima de 12 horas.				
7	BEIJU DE COCO – elaborado com composição básica de leite de coco fresco, farinha de tapioca, açúcar e sal. A farinha de mandioca deve ser fabricada a partir de grãos são e limpos, isentos de matéria terrosa, insetos, parasitas e larvas, em perfeito estado de conservação. O beiju deve estar úmido e não pode ter consistência endurecida. Acondicionado em embalagens de plástico transparentes atóxicos individuais e lacrados hermeticamente, pesando 100g cada unidade. Deve apresentar na embalagem data de fabricação, validade, quantidade. O produto deverá apresentar fabricação máxima de 12 horas.	Unidades	17343	R\$ 4,15	<b>R\$ 71.973,45</b>
8	BETERRABA – vegetal in natura, de 1ª qualidade, de coloração uniforme, com características íntegras, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isenta de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos de acordo com as Resoluções vigentes. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica.	Quilogramas	42	R\$ 6,04	<b>R\$ 253,68</b>
9	BOLO DE OVOS – de 1ª qualidade, a base de farinha de trigo, cor, cheiro e sabor característicos, textura macia, livres de contaminação química, física ou biológica, acondicionado em saco transparente, atóxico e lacrado. Na embalagem deverá indicar: procedência data de validade, CNPJ/CPF, lote e tabela nutricional. Fabricação de acordo	Unidades	2292	R\$ 3,19	<b>R\$ 7.311,48</b>





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	com a legislação vigente. Embalagem individual de 100g. Feitos na data de entrega.				
10	BROA DE TAPIOCA – 100g, de 1ª qualidade, a base de farinha de tapioca, cor, cheiro e sabor característicos, textura macia, livres de contaminação química, física ou biológica, acondicionado em saco transparente, atóxico e lacrado. Na embalagem deverá indicar: procedência data de validade, CNPJ/CPF, lote e tabela nutricional.	Unidades	2292	R\$ 3,06	<b>R\$ 7.013,52</b>
11	CEBOLA BRANCA – 1 kg, de primeira qualidade, sem rama, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, sem perfurações e cortes sem manchas com tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades parasitos e larvas. Embalada em sacos de rafia contendo 5 kg.	Quilogramas	845	R\$ 6,03	<b>R\$ 5.095,35</b>
12	CEBOLINHA – maço grande, de 1ª qualidade, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com folhas em bom estado de conservação, coloração uniforme, isentos de sujidades, parasitos, larvas e corpos estranhos, de acordo com as Resoluções vigentes. Maço em média de 250 gramas.	Maço	3379	R\$ 2,40	<b>R\$ 8.109,60</b>
13	CENOURA – 1 kg, de primeira qualidade, sem rama, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachadura e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida. De colheita recente.	Quilogramas	893	R\$ 6,05	<b>R\$ 5.402,65</b>
14	CHUCHU – 1 kg, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, livre de enfermidades, materiais terrosos, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. De colheita recente.	Quilogramas	674	R\$ 6,03	<b>R\$ 4.064,22</b>
15	COENTRO – maço de aproximadamente 120 gramas, hortaliça classificada como verdura, cor verde, fresca, aspecto e	Maço	7040	R\$ 3,15	<b>R\$ 22.176,00</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	sabor próprio, isenta de sinais de apodrecimento, sujidades e materiais terrosos.				
16	COLORÍFICO EM PÓ – fino homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, de coloração amarela, com aspecto com cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos e a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente de 100 gramas, embalado em caixa de papelão reforçado.	Pacotes	1689	R\$ 2,05	<b>R\$ 3.462,45</b>
17	COMINHO MOÍDO – extraído de sementes de cominho de primeira qualidade, puro, com aspecto, cor, cheiro, sabor característicos, sem misturas, isentos de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem de 100 gramas, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Pacotes	1689	R\$ 2,14	<b>R\$ 3.614,46</b>
18	COUVE MANTEIGA – maço de aproximadamente 250 gramas, fresca, de primeira qualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, de qualidade firme e intacta, isenta de enfermidades material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionados em embalagem adequada.	Maço	83	R\$ 2,15	<b>R\$ 178,45</b>
19	FARINHA DE MANDIOCA – torrada, de primeira qualidade, fina, seca, branca,	Quilogramas	21	R\$ 6,04	<b>R\$ 126,84</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	fabricada a partir de matérias primas limpas, isenta de materiais terrosos, parasitas e detritos animais ou vegetais. Não pode estar úmida, fermentada ou rançosa, de acordo com as Resoluções vigentes. Acondicionado em embalagem primária de saco plástico atóxico transparente. Apresentação do produto: embalagem de 01 quilo.				
20	FEIJÃO CARIOCA – tipo 1, constituído de grãos inteiros, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em embalagem primária de saco plástico atóxico transparente. Apresentação do produto: embalagem de 01 quilo.	Quilogramas	809	R\$ 8,17	<b>R\$ 6.609,53</b>
21	GOIABA – fruta de tamanho médio, de 1ª qualidade, frescas, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, não podendo estar golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física que afetem a sua aparência. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos de acordo com as Resoluções vigentes.	Quilogramas	1622	R\$ 6,15	<b>R\$ 9.975,30</b>
22	LARANJA PERA – de primeira qualidade, in natura, 1 cento, apresentando grau de maturação adequado à manipulação, transporte e consumo, isenta de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	Quilogramas	1871	R\$ 7,17	<b>R\$ 13.415,07</b>
23	MACAXEIRA – 1 kg, lavada, inteira, de colheita recente, livre de parasitos e larvas, sem umidade anormal, isenta de odor e sabor estranho.	Quilogramas	2063	R\$ 4,51	<b>R\$ 9.304,13</b>
24	MAMÃO HAVAI – 1 kg, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitos e larvas, tamanho e coloração uniformes, bem desenvolvido e maduro, com polpa	Quilogramas	3060	R\$ 6,54	<b>R\$ 20.012,40</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionado em caixa.				
25	MANGA – 1 kg, de boa qualidade, livre de lesões físicas ou mecânicas, no ponto de maturação adequado para o consumo, com cor, sabor e odor característico.	Quilogramas	5393	R\$ 5,30	<b>R\$ 28.582,90</b>
26	MARACUJÁ – fruta de tamanho médio, de 1ª qualidade, fresca, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, não podendo estar golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos de acordo com as Resoluções vigentes.	Quilogramas	1595	R\$ 8,27	<b>R\$ 13.190,65</b>
27	MELANCIA – 1 kg, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitos e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, acondicionada em a granel.	Quilogramas	1134	R\$ 2,28	<b>R\$ 2.585,52</b>
28	MELÃO – in natura, amarelo tipo 6 de 1ª qualidade - semi maduro, consistência firme, casca íntegra. Deverá ser transportado em carros higienizados em temperatura ambiente.	Quilogramas	2682	R\$ 6,07	<b>R\$ 16.279,74</b>
29	MILHO VERDE – de primeira, com grãos íntegros e tamanhos normais, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	Quilogramas	196	R\$ 3,42	<b>R\$ 670,32</b>
30	PIMENTÃO VERDE – 1 kg, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, livre de sujidades, parasitos e	Quilogramas	507	R\$ 6,16	<b>R\$ 3.123,12</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. De colheita recente.				
31	QUIABO – vegetal in natura, de 1ª qualidade, de coloração uniforme, com características íntegras, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isenta de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos de acordo com as Resoluções vigentes. Não deve apresentar qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica.	Quilogramas	49	R\$ 6,07	<b>R\$ 297,43</b>
32	REPOLHO BRANCO – in natura, de 1ª qualidade, folhoso fresco, de coloração uniforme, devidamente higienizado. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabores estranhos. Cabeça com no mínimo 700 gramas.	Quilogramas	21	R\$ 4,20	<b>R\$ 88,20</b>
33	TANGERINA – de primeira. Das variedades: mexerica ou ponkan. Classe: 78 (Menor diâmetro de 78 mm e maior diâmetro de 82 mm); Coloração C4; Categoria I. Deve apresentar as características da variedade bem definidas (cor, textura, sabor), aroma levemente perfumado, estar fisiologicamente desenvolvida, sádia, isenta de substâncias nocivas à saúde. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Deverá apresentar-se bem formadas, sem manchas, sem ataque de pragas e doenças, sem rachaduras e danos mecânicos.	Quilogramas	737	R\$ 7,22	<b>R\$ 5.321,14</b>
34	POLPA DE FRUTA, SABOR ACEROLA – natural integral congelada, sabor acerola, sem conservantes e aditivos, embalagem plástica de 1 kg contendo datas de fabricação e validade impressas na embalagem	Quilogramas	1570	R\$ 13,43	<b>R\$ 21.085,10</b>





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	individualmente. Produto com registro do serviço de inspeção/MAPA.				
35	POLPA DE FRUTA, SABOR GOIABA – natural integral congelada, sabor goiaba, sem conservantes e aditivos, embalagem plástica de 1 kg contendo datas de fabricação e validade impressas na embalagem individualmente. Produto com registro do serviço de inspeção/MAPA.	Quilogramas	1622	R\$ 13,16	<b>R\$ 21.345,52</b>
36	POLPA DE FRUTA, SABOR MANGA – natural integral congelada, sabor manga, sem conservantes e aditivos, embalagem plástica de 1 kg contendo datas de fabricação e validade impressas na embalagem individualmente. Produto com registro do serviço de inspeção/MAPA.	Quilogramas	1104	R\$ 13,21	<b>R\$ 14.583,84</b>
37	POLPA DE FRUTA, SABOR CAJÁ – natural integral congelada, sabor cajá, sem conservantes e aditivos, embalagem plástica de 1 kg contendo datas de fabricação e validade impressas na embalagem individualmente. Produto com registro do serviço de inspeção/MAPA.	Quilogramas	180	R\$ 13,48	<b>R\$ 2.426,40</b>
38	TOMATE – in natura, 1 kg, de primeira qualidade, em amadurecimento, isento de partes pútridas, isento de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte embalagem plástica transparente atóxica.	Quilogramas	937	R\$ 6,50	<b>R\$ 6.090,50</b>

#### **8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, V)**

Foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar a existência de potenciais fornecedores aptos ao fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, bem como verificar a capacidade de atendimento da demanda estimada, a regularidade de fornecimento ao longo do período letivo e a viabilidade logística de entrega nas unidades escolares do Município de Heliópolis/BA.

O levantamento contemplou o mapeamento prévio de agricultores familiares individuais, associações e cooperativas da região, regularmente inscritas no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, por meio de consultas a cadastros institucionais mantidos pela



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

Secretaria Municipal de Agricultura, informações de entidades de assistência técnica e extensão rural, registros de chamadas públicas anteriores e contatos com organizações representativas da agricultura familiar local e regional.

Constatou-se a existência de oferta potencial compatível com os itens previstos no planejamento da alimentação escolar, especialmente de produtos in natura e minimamente processados, com possibilidade de fornecimento periódico ao longo do ano letivo, observada a sazonalidade da produção agrícola. Verificou-se, ainda, a capacidade logística dos potenciais fornecedores para atendimento das entregas tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município, considerando as rotas de distribuição, os prazos operacionais e as condições de transporte adequadas à natureza dos produtos.

Foram analisadas as seguintes alternativas:

- Solução 1 – Contratação por Dispensa de Licitação (art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021): Nessa hipótese, a aquisição de gêneros alimentícios poderia ocorrer de forma direta, observados os limites legais de valor. Contudo, tal solução não se mostra adequada para atender à demanda continuada e programada da alimentação escolar, tampouco assegura a ampla participação dos agricultores familiares locais, além de não atender, de forma estruturada, às diretrizes específicas do PNAE quanto à compra institucional da agricultura familiar por meio de Chamada Pública.

- Solução 2 – Adesão a Ata de Registro de Preços: Consiste na adesão a Ata de Registro de Preços de outro ente público que contemple fornecimento de gêneros alimentícios similares. Todavia, considerando as particularidades locais da produção agrícola, a sazonalidade dos produtos, as especificidades logísticas de entrega nas unidades escolares do Município e a necessidade de priorização de fornecedores locais e regionais da agricultura familiar, essa alternativa mostra-se inviável ou pouco eficiente para o atendimento adequado do PNAE.

- Solução 3 – Pregão Eletrônico / Licitação Convencional: Embora o pregão eletrônico seja amplamente utilizado para aquisição de bens comuns, a compra de gêneros alimentícios no âmbito do PNAE, quando destinada à agricultura familiar, submete-se a regime jurídico específico, que privilegia a Chamada Pública como instrumento próprio de seleção, com critérios diferenciados de priorização territorial e social. Ademais, a lógica concorrencial típica do pregão não se harmoniza com os objetivos de inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar previstos na legislação do PNAE.

- Solução 4 – Chamada Pública/Credenciamento da Agricultura Familiar (Solução Recomendada): A Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar constitui o procedimento próprio e recomendado pelo FNDE, em consonância com a Lei nº 11.947/2009 e normas complementares, por meio do qual a Administração convoca os interessados a apresentarem Projetos de Venda, mediante o cumprimento de requisitos previamente estabelecidos. Trata-se de instrumento especialmente adequado ao objeto, pois permite:

- ☐ contratação simultânea de múltiplos fornecedores da agricultura familiar;
- ☐ atendimento contínuo e programado da alimentação escolar;
- ☐ flexibilidade na alocação de quantidades conforme a capacidade produtiva e a demanda das unidades escolares;
- ☐ isonomia entre os participantes, com preços de referência previamente definidos;
- ☐ ampla publicidade e transparência do procedimento;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

2 fortalecimento da economia local e regional e promoção do desenvolvimento rural sustentável

Da solução escolhida

O levantamento permitiu identificar que o modelo de aquisição por meio de Chamada Pública mostra-se adequado e aderente à realidade do mercado local e regional, por possibilitar a ampla participação dos agricultores familiares, fomentar a economia rural do Município de Heliópolis/BA e promover a diversificação de fornecedores, reduzindo riscos de desabastecimento e contribuindo para a continuidade do atendimento da alimentação escolar.

Diante das informações coletadas, conclui-se que há mercado fornecedor potencialmente apto a atender a demanda planejada, com condições técnicas, produtivas e logísticas compatíveis com os requisitos do Termo de Referência, revelando-se a contratação por meio de Chamada Pública da Agricultura Familiar como solução viável sob os aspectos técnico, operacional e social, em conformidade com a legislação e as diretrizes do FNDE.

#### **9. DA ESTIMATIVA DO VALOR**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI)**

A estimativa do valor global da contratação para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, foi fixada em R\$ 372.003,16 (trezentos e setenta e dois mil, três reais e dezesseis centavos).

O valor estimado foi apurado com base no levantamento dos quantitativos necessários ao atendimento da Rede Municipal de Ensino, considerando a demanda projetada para o período letivo, os cardápios elaborados por nutricionista responsável e os parâmetros técnicos do PNAE, bem como em pesquisa de preços de mercado local e regional, conforme metodologia descrita no Estudo Técnico Preliminar, em observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e planejamento.

Ressalta-se que o montante indicado possui caráter estimativo, servindo como parâmetro para o planejamento orçamentário e a formalização dos contratos decorrentes da Chamada Pública, não constituindo obrigação de contratação integral, estando as aquisições condicionadas à efetiva necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e à execução regular dos recursos do PNAE durante a vigência contratual.

#### **10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII)**

Após a análise das alternativas disponíveis para atendimento da demanda de fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Município de Heliópolis/BA, concluiu-se que a aquisição por meio de Chamada Pública da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico, econômico e administrativo.

A Chamada Pública consiste em procedimento de chamamento público no qual a Administração define previamente as condições de habilitação, os requisitos sanitários e de qualidade dos produtos, os critérios de seleção dos interessados, as condições de fornecimento e os preços de referência, possibilitando a contratação de múltiplos fornecedores da agricultura familiar, conforme sua capacidade produtiva, sem limitação rígida de participantes, observadas as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A execução do fornecimento ocorrerá de forma parcelada e continuada, conforme a necessidade da Administração, com entregas programadas nas unidades escolares da Rede



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

Municipal de Ensino e nos pontos de distribuição indicados pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os cardápios elaborados por nutricionista responsável e com o cronograma de abastecimento da alimentação escolar.

Os preços de referência dos gêneros alimentícios serão previamente fixados pela Administração, com base em levantamento de mercado local e regional, assegurando isonomia entre os fornecedores, previsibilidade orçamentária e transparência, não havendo disputa por preço, em razão da natureza do procedimento de Chamada Pública no âmbito do PNAE, que prioriza a seleção por critérios técnicos e territoriais.

A adoção da Chamada Pública permite maior flexibilidade administrativa, possibilitando a habilitação e contratação de múltiplos fornecedores, a redistribuição de quantidades conforme a capacidade produtiva e a sazonalidade dos alimentos, o ajuste do cronograma de entregas e a adequação do fornecimento às variações da demanda da rede de ensino, sem prejuízo da continuidade do atendimento da alimentação escolar.

Do ponto de vista jurídico, a solução encontra respaldo na Lei nº 11.947/2009 (com as atualizações vigentes) e nas Resoluções do FNDE, que estabelecem a Chamada Pública como instrumento próprio para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito do PNAE, bem como se harmoniza com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, desenvolvimento nacional sustentável, isonomia e transparência.

Sob o aspecto econômico, a solução possibilita contratação sob demanda, com fornecimento parcelado ao longo do período letivo, reduzindo riscos de desperdício, perdas e estoques excessivos, assegurando compatibilidade com a capacidade orçamentária do Município e promovendo a circulação de recursos na economia local e regional, em consonância com as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

Diante do exposto, a contratação por meio de Chamada Pública da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural apresenta-se como a solução mais viável, eficiente, juridicamente adequada e administrativamente vantajosa, assegurando a continuidade da oferta da alimentação escolar, a qualidade nutricional das refeições, o cumprimento das diretrizes legais do PNAE e o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável no Município de Heliópolis/BA.

#### **11. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** **(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII)**

Em regra, conforme as disposições estabelecidas na alínea “b”, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deverá observar o princípio do parcelamento do objeto, sempre que este se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento das condições do mercado, à ampliação da competitividade e à participação do maior número possível de interessados, sem prejuízo da economia de escala e da eficiência administrativa.

No caso em análise, o objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, cujos itens possuem natureza divisível, são independentes entre si e podem ser fornecidos por múltiplos produtores e organizações da agricultura familiar, conforme a disponibilidade produtiva, a sazonalidade dos alimentos e a demanda da Rede Municipal de Ensino.

A contratação será realizada por meio de Chamada Pública, com fornecimento parcelado ao longo do período letivo, mediante ordens de fornecimento expedidas pela



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o cronograma de abastecimento da alimentação escolar. Assim, a execução por item e/ou grupo de itens (gêneros alimentícios específicos) mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, permitindo que cada agricultor familiar, associação ou cooperativa participe conforme sua capacidade produtiva, vocação agrícola e logística de fornecimento, respeitadas as exigências sanitárias e de qualidade estabelecidas.

Considerando as características do objeto e as orientações contidas no art. 18, § 1º, inciso VIII, e no art. 47, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU (Súmula nº 247), verifica-se que o parcelamento do objeto por itens é recomendável e viável, por não comprometer a unidade do fornecimento, não acarretar perda de economia de escala relevante e, ao contrário, ampliar a competitividade e a participação da agricultura familiar local e regional.

Dessa forma, a contratação decorrente da Chamada Pública será realizada por itens, conforme a natureza dos gêneros alimentícios constantes do Termo de Referência, possibilitando a distribuição da demanda entre múltiplos fornecedores habilitados, de modo a reduzir riscos de desabastecimento, promover a diversificação de fornecedores e fortalecer a economia local e regional.

O parcelamento favorece a inclusão produtiva dos agricultores familiares, possibilitando a participação de produtores que, embora não possuam capacidade para atender à totalidade da demanda, possam fornecer itens específicos com qualidade comprovada. Tal medida contribui para a continuidade do fornecimento da alimentação escolar, a otimização dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, isonomia, desenvolvimento sustentável e planejamento.

## **12. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX)**

A contratação, por meio de Chamada Pública da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tem como resultados pretendidos assegurar a continuidade, regularidade, qualidade nutricional e segurança sanitária da alimentação ofertada aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Heliópolis/BA, em conformidade com os princípios constitucionais do direito à alimentação adequada, do direito à educação e da Administração Pública.

Com a implementação da solução proposta, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Garantia do Abastecimento Regular da Alimentação Escolar – Assegurar o fornecimento contínuo e programado de gêneros alimentícios às unidades escolares, evitando desabastecimentos e interrupções no atendimento da alimentação escolar ao longo do período letivo.
- Melhoria da Qualidade Nutricional das Refeições – Ampliar a oferta de alimentos in natura e minimamente processados, adequados aos cardápios elaborados por nutricionista responsável, promovendo alimentação adequada, saudável e diversificada, com impacto positivo no desenvolvimento e no rendimento escolar dos alunos.
- Segurança Alimentar e Sanitária – Garantir que os gêneros alimentícios fornecidos atendam às normas sanitárias vigentes, aos requisitos de qualidade, acondicionamento,





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

transporte e prazos de validade, promovendo a segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar.

- Fortalecimento da Economia Local e Regional – Promover a inclusão produtiva e a geração de renda para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais do Município e da região, estimulando o desenvolvimento rural sustentável e a dinamização da economia local.

- Flexibilidade Administrativa e Operacional – Possibilitar a contratação de múltiplos fornecedores, com ajuste dinâmico de quantidades conforme a capacidade produtiva, a sazonalidade dos alimentos e a demanda real da rede de ensino, assegurando maior capacidade de resposta da Administração às variações de consumo ao longo do período letivo.

- Eficiência na Gestão dos Recursos Públicos – Viabilizar aquisições sob demanda e de forma parcelada, com preços de referência previamente definidos, assegurando controle de custos, previsibilidade orçamentária e uso racional dos recursos do PNAE, em observância aos princípios da economicidade, do planejamento e da eficiência.

- Ampliação da Participação e Isonomia entre os Fornecedores – Promover ampla participação da agricultura familiar local e regional, assegurando igualdade de condições, transparência e impessoalidade no procedimento de Chamada Pública, fortalecendo a democratização do acesso ao mercado institucional.

- Conformidade Legal e Institucional – Assegurar o cumprimento da Lei nº 11.947/2009 (com as atualizações vigentes), das Resoluções do FNDE, da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes dos órgãos de controle, reduzindo riscos administrativos, jurídicos e operacionais na execução da política pública de alimentação escolar.

### **13. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)**

Para viabilizar a contratação para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, por meio de Chamada Pública, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração do Termo de Referência (TR), contendo a descrição detalhada do objeto, as especificações técnicas dos gêneros alimentícios, os quantitativos estimados, os requisitos sanitários e de qualidade, os critérios de seleção dos interessados, bem como as condições de fornecimento, recebimento, fiscalização e pagamento, de modo a fundamentar adequadamente o procedimento de Chamada Pública;

- Elaboração e publicação do Edital de Chamada Pública, contemplando todas as especificações constantes do Termo de Referência, as condições de participação, os requisitos técnicos e legais para habilitação dos agricultores familiares, associações e cooperativas (inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF), e os critérios de seleção e priorização, em conformidade com a Lei nº 11.947/2009 (com as atualizações vigentes), as Resoluções do FNDE e os princípios da Lei nº 14.133/2021;

- Realização de levantamento de mercado e atualização dos preços de referência, com base em pesquisa no mercado local e regional (feiras livres, associações/cooperativas da agricultura familiar, contratações similares de entes públicos), assegurando a compatibilidade com a realidade econômica local, a economicidade e a aderência aos limites orçamentários do PNAE;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

- Definição clara dos itens a serem adquiridos, incluindo descrição dos gêneros alimentícios, unidades de fornecimento, padrões mínimos de qualidade, exigências sanitárias, prazos de validade, periodicidade de entrega e locais de recebimento, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e a nutricionista responsável técnica, de modo que o Edital e o Termo de Referência reflitam as reais necessidades da alimentação escolar;

- Avaliação e aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP) pela autoridade competente, garantindo a conformidade jurídica, técnica, administrativa e orçamentária do processo de contratação;

- Divulgação ampla da Chamada Pública, assegurando publicidade, transparência e ampla participação dos agricultores familiares locais e regionais, com observância dos prazos legais para apresentação de Projetos de Venda, análise de habilitação e formalização das contratações;

- Implementação de mecanismos de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, incluindo a designação formal de gestor e fiscais do contrato, bem como de responsáveis técnicos da área de alimentação escolar, para monitorar a qualidade dos produtos, a regularidade das entregas e o cumprimento dos cardápios;

- Formalização dos contratos ou instrumentos equivalentes com os fornecedores selecionados, estabelecendo claramente as obrigações das partes, prazos de fornecimento, valores unitários, condições de pagamento, critérios de recebimento e penalidades aplicáveis, conforme previsto na legislação vigente e nas normas do PNAE;

- Monitoramento contínuo da execução do fornecimento, com registros sistematizados das entregas, conformidade dos produtos, ocorrências de não conformidades e indicadores de desempenho do abastecimento da alimentação escolar, possibilitando a avaliação periódica da efetividade do fornecimento e a adoção de medidas corretivas quando necessário;

- Revisão periódica do planejamento e da execução contratual, possibilitando ajustes nos quantitativos, cronogramas de entrega e itens fornecidos, conforme a sazonalidade da produção, variações de demanda da rede de ensino e adequações dos cardápios;

- Capacitação e orientação dos servidores envolvidos na gestão da contratação, especialmente das equipes de compras, gestão de contratos, fiscalização, controle interno e setor de alimentação escolar, visando assegurar o cumprimento das normas técnicas, sanitárias e administrativas, bem como a adequada gestão do fornecimento de alimentos no âmbito da rede municipal de ensino.

#### **14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)**

No âmbito do planejamento da presente contratação para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento da alimentação escolar no ano letivo de 2026 do Município de Heliópolis/BA, registra-se a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes em fase de processamento no âmbito da Administração Municipal, as quais guardam relação funcional e complementar com o objeto ora pretendido, sem prejuízo de sua autonomia administrativa.

Encontra-se em fase de licitação o Pregão Eletrônico nº 007/2026, proveniente do Processo Administrativo nº 006/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (convencional) destinados à alimentação escolar do ano letivo de 2026 do Município de Heliópolis/BA. Tal contratação destina-se ao suprimento complementar de gêneros alimentícios não abrangidos ou não atendidos pela aquisição junto à



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

agricultura familiar, assegurando a continuidade do abastecimento da alimentação escolar, em consonância com as diretrizes do PNAE e com o planejamento de compras da Secretaria Municipal de Educação.

Registra-se, ainda, o Pregão Eletrônico nº 041/2025, oriundo do Processo Administrativo nº 142/2025, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Educação de Heliópolis/BA, o qual contempla, em seu Item 1, os Serviços de Preparação e Distribuição de Alimentos (CBO 5132-05). Tal contratação apresenta interdependência operacional com o objeto da presente Chamada Pública, uma vez que os serviços de preparo e distribuição das refeições nas unidades escolares dependem diretamente do fornecimento regular e adequado dos gêneros alimentícios ora pretendidos.

Destaca-se que as referidas contratações possuem objetos distintos e complementares, não havendo sobreposição indevida de escopo, mas sim articulação funcional necessária para a plena execução da política pública de alimentação escolar, garantindo o abastecimento dos insumos alimentícios (agricultura familiar e compras convencionais) e a operacionalização do preparo e da distribuição das refeições nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Dessa forma, o planejamento integrado dessas contratações visa assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da alimentação escolar, mitigando riscos de desabastecimento, descontinuidade operacional e impactos negativos no atendimento aos estudantes, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **15. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII)**

A presente contratação para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, apresenta impactos ambientais predominantemente positivos, na medida em que estimula cadeias curtas de comercialização, reduz a pegada de carbono associada ao transporte de alimentos, e fomenta práticas produtivas sustentáveis no meio rural.

A priorização de fornecedores locais e regionais contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da logística de longas distâncias, bem como para a diminuição do consumo de combustíveis fósseis no transporte dos gêneros alimentícios até as unidades escolares. Ademais, a aquisição de produtos in natura e minimamente processados favorece menor consumo de energia em processos industriais e menor geração de resíduos associados a embalagens complexas.

A política de compras institucionais da agricultura familiar também incentiva a diversificação produtiva, o uso racional dos recursos naturais e a valorização de práticas agroecológicas e sustentáveis, quando disponíveis, contribuindo para a conservação do solo, da água e da biodiversidade local, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na legislação ambiental e nas diretrizes do PNAE.

No tocante aos potenciais impactos ambientais negativos, estes se restringem, de forma geral, à geração de resíduos sólidos decorrentes de embalagens, ao uso de materiais de acondicionamento e ao consumo de combustíveis no transporte dos alimentos. Tais impactos



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

serão mitigados mediante a adoção de boas práticas de logística e acondicionamento, tais como:

estímulo ao uso de embalagens reutilizáveis, retornáveis ou recicláveis, quando tecnicamente viável;

exigência de acondicionamento adequado que minimize perdas e desperdícios;

orientação para a entrega fracionada conforme a demanda, reduzindo descartes por vencimento;

incentivo à separação e destinação adequada de resíduos nas unidades receptoras, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ressalta-se que a contratação não envolve atividades potencialmente poluidoras de grande porte nem a instalação de empreendimentos que demandem licenciamento ambiental específico, tratando-se de aquisição de gêneros alimentícios já produzidos por agricultores familiares regularmente estabelecidos. Ainda assim, poderão ser observadas, quando aplicáveis, exigências de conformidade ambiental e sanitária dos fornecedores, no que couber.

Diante do exposto, conclui-se que os impactos ambientais da contratação são favoráveis ao interesse público, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, redução de impactos logísticos, promoção de práticas produtivas responsáveis e fortalecimento de circuitos locais de produção e consumo, em alinhamento com os princípios da contratação sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **16. ANÁLISE DE RISCO.**

**(Ref.: Art. 5º, art. 11, parágrafo único, art. 18, inciso X, e art. 174, todos da Lei nº 14.133/2021)**

A análise de riscos da presente contratação foi realizada em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de identificar, avaliar e mitigar eventos que possam comprometer a execução da Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no Município de Heliópolis/BA.

Os riscos foram identificados considerando a natureza do objeto, a sazonalidade da produção agrícola, a dependência de múltiplos fornecedores, os fatores logísticos, bem como os aspectos operacionais, administrativos, sanitários e financeiros envolvidos na execução do fornecimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Cada risco foi classificado quanto à probabilidade de ocorrência e ao impacto potencial na execução contratual, sendo atribuídos níveis de risco (baixo, médio ou alto) e definidas medidas preventivas e mitigadoras a serem adotadas pela Administração Pública e pelos fornecedores contratados. A matriz de riscos constitui instrumento de gestão contratual, permitindo o acompanhamento contínuo da execução, a adoção de medidas corretivas e o fortalecimento dos mecanismos de controle, fiscalização e governança da contratação.

<b>Risco Identificado</b>	<b>Probabilidade</b>	<b>Impacto</b>	<b>Nível de Risco</b>	<b>Medidas de Mitigação</b>	<b>Responsável</b>
Insuficiência de oferta de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender à demanda	Média	Alto	Alto	Diversificação de fornecedores; distribuição da demanda entre	Secretaria Municipal de Educação / Comissão da



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

				múltiplos produtores; planejamento de cardápios considerando a sazonalidade; contratação complementar por gêneros convencionais, quando necessário	Chamada Pública
Descontinuidade no fornecimento (falhas pontuais de entrega)	Média	Alto	Alto	Definição de cronograma de entregas; previsão de substituição por fornecedor alternativo; aplicação de penalidades contratuais; monitoramento contínuo	Fornecedor Contratado / Gestor do Contrato
Não conformidade sanitária e de qualidade dos produtos	Baixa	Alto	Médio	Exigência de documentação sanitária; inspeção no recebimento; substituição imediata de produtos não conformes; capacitação dos fiscais	Fiscal do Contrato / Vigilância Sanitária / Secretaria de Educação
Atrasos na entrega dos gêneros alimentícios	Média	Médio	Médio	Estabelecimento de prazos claros; comunicação prévia de entregas; planejamento logístico; aplicação de sanções por atraso	Fornecedor Contratado / Gestor do Contrato



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

Variação da demanda ao longo do ano letivo (matrículas/frequência)	Baixa	Médio	Baixo	Fornecimento parcelado sob demanda; ajustes periódicos dos quantitativos; monitoramento do consumo	Secretaria Municipal de Educação / Setor de Merenda
Inexecução parcial do contrato por incapacidade produtiva do fornecedor	Baixa	Alto	Médio	Avaliação prévia da capacidade produtiva no Projeto de Venda; redistribuição da demanda; contratação de fornecedores alternativos	Comissão da Chamada Pública / Gestor do Contrato
Perdas e desperdícios por validade/armazenamento inadequado	Baixa	Médio	Baixo	Entregas fracionadas; controle de estoque; orientação sobre armazenamento adequado; conferência no recebimento	Setor de Merenda / Fiscal do Contrato
Falhas administrativas e de controle na gestão contratual	Baixa	Médio	Baixo	Designação formal de gestor e fiscais; padronização de rotinas; registros sistematizados; acompanhamento pelo CAE	Secretaria Municipal de Educação / Controle Interno

**16. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA AQUISIÇÃO**  
**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI)**

Após análise técnica, administrativa e orçamentária realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, por meio de Chamada Pública, é plenamente viável e necessária para o atendimento das demandas da alimentação escolar do Município de Heliópolis/BA, visando à continuidade, regularidade e qualidade nutricional do fornecimento de refeições aos alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A solução proposta, por meio de Chamada Pública da Agricultura Familiar, apresenta-se como o modelo mais adequado às características do objeto, por permitir a participação simultânea de múltiplos fornecedores habilitados, assegurando ampla





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

participação da agricultura familiar local e regional, isonomia entre os interessados, economicidade, continuidade do abastecimento e equidade no acesso dos estudantes a uma alimentação adequada e saudável, em consonância com as diretrizes do PNAE.

A viabilidade técnica está demonstrada pela existência de produtores da agricultura familiar com capacidade produtiva compatível com os itens demandados, pela estrutura logística municipal apta ao recebimento e distribuição dos gêneros alimentícios nas unidades escolares e pela capacidade operacional da Secretaria Municipal de Educação para gerenciar e fiscalizar o fornecimento ao longo do período letivo.

Do ponto de vista econômico e orçamentário, a contratação mostra-se compatível com os recursos disponíveis do PNAE e do orçamento municipal, sendo os preços de referência definidos com base em levantamento de mercado local e regional, assegurando previsibilidade orçamentária, controle dos gastos públicos e observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

Não foram identificadas barreiras técnicas, legais ou orçamentárias que inviabilizem a execução da contratação, tampouco contratações correlatas ou interdependentes que comprometam a autonomia do presente processo, conforme demonstrado nos tópicos anteriores deste Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, declara-se viável a contratação proposta, devendo o processo seguir para a elaboração do Termo de Referência, publicação do Edital de Chamada Pública da Agricultura Familiar e posterior formalização dos contratos com os fornecedores selecionados, em conformidade com as diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, com a Lei nº 11.947/2009 (atualizada), as Resoluções do FNDE vigentes e os princípios da Lei nº 14.133/2021.

**Heliópolis (BA), 10 de abril de 2026.**

***Eliuza Sousa Mendes***  
**Secretária Municipal de Educação**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**  
**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- INTRODUÇÃO:**

1.1 Credenciamento de agricultor familiar individual e/ou grupo formal / informal para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para alimentação escolar, a fim de atender os alunos da Rede Municipal de Heliópolis/BA nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	MÉDIA DE VALOR
1	<b>ABACAXI</b> – IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. DEVERÁ SER TRANSPORTADOS EM CARROS HIGIENIZADOS EM TEMPERATURA AMBIENTE.	QUILOGRAMAS	180	R\$ 8,05
2	<b>ABÓBORA</b> – VEGETAL IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, DE COLORAÇÃO UNIFORME, COM CARACTERÍSTICAS ÍNTEGRAS E DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES. NÃO DEVE APRESENTAR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA.	QUILOGRAMAS	562	R\$ 5,00
3	<b>ALFACE</b> – CRESPA OU LISA, UNIDADE DE APROXIMADAMENTE 360G, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO E PRODUZIDO SEM USO DE AGROTÓXICOS. INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS	MAÇO	510	R\$ 2,98



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR DANIFICADOS POR LESÕES QUE AFETEM SUA APARÊNCIA E UTILIZAÇÃO. ISENTO DE PONTOS AMARELADOS OU APODRECIDOS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. ACONDICIONADAS EM QUANTIDADE CONFORME SOLICITAÇÃO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO.			
4	<b>BANANA DA PRATA</b> – DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO, UNIFORME, AROMA, COR E SABOR TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTO DE: SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES, RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ODOR E SABORES ESTRANHOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES.	DÚZIAS	2508	R\$ 8,32
5	<b>BATATA DOCE</b> – VEGETAL IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, DE COLORAÇÃO UNIFORME, COM CARACTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES. NÃO DEVE APRESENTAR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA.	QUILOGRAMAS	314	R\$ 4,06
6	<b>BEIJU DE TAPIOCA FRESCO</b> – ELABORADO COM COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FARINHA DE TAPIOCA E SAL. A FARINHA DE MANDIOCA DEVE SER FABRICADA A PARTIR DE GRÃOS SÃO E	UNIDADES	2292	R\$ 4,50



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, INSETOS, PARASITAS E LARVAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O BEIJU NÃO DEVE ESTAR ÚMIDO E NÃO PODE TER CONSISTÊNCIA MUITO ENDURECIDA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE PLÁSTICO TRANSPARENTES ATÓXICOS INDIVIDUAIS E LACRADOS HERMETICAMENTE, PESANDO 100G CADA UNIDADE. DEVE APRESENTAR NA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, QUANTIDADE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 12 HORAS.			
7	<b>BEIJU DE COCO</b> – ELABORADO COM COMPOSIÇÃO BÁSICA DE LEITE DE COCO FRESCO, FARINHA DE TAPIOCA, AÇÚCAR E SAL. A FARINHA DE MANDIOCA DEVE SER FABRICADA A PARTIR DE GRÃOS SÃO E LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, INSETOS, PARASITAS E LARVAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O BEIJU DEVE ESTAR ÚMIDO E NÃO PODE TER CONSISTÊNCIA ENDURECIDA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE PLÁSTICO TRANSPARENTES ATÓXICOS INDIVIDUAIS E LACRADOS HERMETICAMENTE, PESANDO 100G CADA UNIDADE. DEVE APRESENTAR NA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, QUANTIDADE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 12 HORAS.	UNIDADES	17343	R\$ 4,15
8	<b>BETERRABA</b> – VEGETAL IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, DE COLORAÇÃO UNIFORME, COM CARACTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E CORPOS	QUILOGRAMAS	42	R\$ 6,04



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	ESTRANHOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES. NÃO DEVE APRESENTAR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA.			
9	<b>BOLO DE OVOS</b> – DE 1ª QUALIDADE, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, TEXTURA MACIA, LIVRES DE CONTAMINAÇÃO QUÍMICA, FÍSICA OU BIOLÓGICA, ACONDICIONADO EM SACO TRANSPARENTE, ATÓXICO E LACRADO. NA EMBALAGEM DEVERÁ INDICAR: PROCEDÊNCIA DATA DE VALIDADE, CNPJ/CPF, LOTE E TABELA NUTRICIONAL. FABRICAÇÃO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 100G. FEITOS NA DATA DE ENTREGA.	UNIDADES	2292	R\$ 3,19
10	<b>BROA DE TAPIOCA</b> – 100G, DE 1ª QUALIDADE, A BASE DE FARINHA DE TAPIOCA, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, TEXTURA MACIA, LIVRES DE CONTAMINAÇÃO QUÍMICA, FÍSICA OU BIOLÓGICA, ACONDICIONADO EM SACO TRANSPARENTE, ATÓXICO E LACRADO. NA EMBALAGEM DEVERÁ INDICAR: PROCEDÊNCIA DATA DE VALIDADE, CNPJ/CPF, LOTE E TABELA NUTRICIONAL.	UNIDADES	2292	R\$ 3,06
11	<b>CEBOLA BRANCA</b> – 1 KG, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, FRESCA COMPACTA E FIRME SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, SEM PERFURAÇÕES E CORTES SEM MANCHAS COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTA DE SUJIDADES PARASITOS E LARVAS. EMBALADA EM SACOS DE RÁFIA CONTENDO 5 KG.	QUILOGRAMAS	845	R\$ 6,03
12	<b>CEBOLINHA</b> – MAÇO GRANDE, DE 1ª QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM FOLHAS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO,	MAÇO	3379	R\$ 2,40



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS, DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES. MAÇO EM MÉDIA DE 250 GRAMAS.			
13	<b>CENOURA</b> – 1 KG, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, RACHADURA E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. DE COLHEITA RECENTE.	QUILOGRAMAS	893	R\$ 6,05
14	<b>CHUCHU</b> – 1 KG, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSOS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. DE COLHEITA RECENTE.	QUILOGRAMAS	674	R\$ 6,03
15	<b>COENTRO</b> – MAÇO DE APROXIMADAMENTE 120 GRAMAS, HORTALIÇA CLASSIFICADA COMO VERDURA, COR VERDE, FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADES E MATERIAIS TERROSOS.	MAÇO	7040	R\$ 3,15
16	<b>COLORÍFICO EM PÓ</b> – FINO HOMOGÊNEO, OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE URUCUM, LIMPOS, DESSECADOS E MOÍDOS, DE COLORAÇÃO AMARELA, COM ASPECTO COM COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS E A SUA ESPÉCIE, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, HERMETICAMENTE VEDADO E RESISTENTE DE 100 GRAMAS, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO.	PACOTES	1689	R\$ 2,05
17	<b>COMINHO MOÍDO</b> – EXTRAÍDO DE SEMENTES DE COMINHO DE PRIMEIRA QUALIDADE, PURO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO, SABOR CARACTERÍSTICOS, SEM MISTURAS, ISENTOS DE SUJIDADES,	PACOTES	1689	R\$ 2,14





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	PARASITOS E LARVAS. EMBALAGEM DE 100 GRAMAS, EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.			
18	<b>COUVE MANTEIGA</b> – MAÇO DE APROXIMADAMENTE 250 GRAMAS, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, DE QUALIDADE FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ADEQUADA.	MAÇO	83	R\$ 2,15
19	<b>FARINHA DE MANDIOCA</b> – TORRADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FINA, SECA, BRANCA, FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMA LIMPAS, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITAS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. NÃO PODE ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA, DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGEM DE 01 QUILO.	QUILOGRAMAS	21	R\$ 6,04
20	<b>FEIJÃO CARIOCA</b> – TIPO 1, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS	QUILOGRAMAS	809	R\$ 8,17



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGEM DE 01 QUILO.			
21	<b>GOIABA</b> – FRUTA DE TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE, FRESCAS, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, NÃO PODENDO ESTAR GOLPEADAS OU DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA QUE AFETEM A SUA APARÊNCIA. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ODOR E SABORES ESTRANHOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES.	QUILOGRAMAS	1622	R\$ 6,15
22	<b>LARANJA PERA</b> – DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, 1 CENTO, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO À MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSUMO, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE.	QUILOGRAMAS	1871	R\$ 7,17
23	<b>MACAXEIRA</b> – 1 KG, LAVADA, INTEIRA, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE PARASITOS E LARVAS, SEM UMIDADE ANORMAL, ISENTA DE ODOR E SABOR ESTRANHO.	QUILOGRAMAS	2063	R\$ 4,51
24	<b>MAMÃO HAVAI</b> – 1 KG, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADO EM CAIXA.	QUILOGRAMAS	3060	R\$ 6,54



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

25	<b>MANGA</b> – 1 KG, DE BOA QUALIDADE, LIVRE DE LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS, NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, COM COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICO.	QUILOGRAMAS	5393	R\$ 5,30
26	<b>MARACUJÁ</b> – FRUTA DE TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, NÃO PODENDO ESTAR GOLPEADAS OU DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETEM A SUA APARÊNCIA. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ODOR E SABORES ESTRANHOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES.	QUILOGRAMAS	1595	R\$ 8,27
27	<b>MELANCIA</b> – 1 KG, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM A GRANEL.	QUILOGRAMAS	1134	R\$ 2,28
28	<b>MELÃO</b> – IN NATURA, AMARELO TIPO 6 DE 1ª QUALIDADE - SEMI MADURO, CONSISTÊNCIA FIRME, CASCA INTEGRAL. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARROS HIGIENIZADOS EM TEMPERATURA AMBIENTE.	QUILOGRAMAS	2682	R\$ 6,07
29	<b>MILHO VERDE</b> – DE PRIMEIRA, COM GRÃOS ÍNTEGROS E TAMANHOS NORMAIS, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE	QUILOGRAMAS	196	R\$ 3,42



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.			
30	<b>PIMENTÃO VERDE</b> – 1 KG, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES. DE COLHEITA RECENTE.	QUILOGRAMAS	507	R\$ 6,16
31	<b>QUIABO</b> – VEGETAL IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, DE COLORAÇÃO UNIFORME, COM CARACTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES VIGENTES. NÃO DEVE APRESENTAR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA.	QUILOGRAMAS	49	R\$ 6,07
32	<b>REPOLHO BRANCO</b> – IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, FOLHOSO FRESCO, DE COLORAÇÃO UNIFORME, DEVIDAMENTE HIGIENIZADO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ODOR E SABORES ESTRANHOS. CABEÇA COM NO MÍNIMO 700 GRAMAS.	QUILOGRAMAS	21	R\$ 4,20
33	<b>TANGERINA</b> – DE PRIMEIRA. DAS VARIEDADES: MEXERICA OU PONKAN. CLASSE: 78 (MENOR DIÂMETRO DE 78 MM E MAIOR DIÂMETRO DE 82 MM); COLORAÇÃO C4; CATEGORIA I. DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DA VARIEDADE BEM DEFINIDAS (COR, TEXTURA, SABOR), AROMA LEVEMENTE PERFUMADO, ESTAR FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDA, SÁDIA, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL	QUILOGRAMAS	737	R\$ 7,22



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

	QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. DEVERÁ APRESENTAR-SE BEM FORMADAS, SEM MANCHAS, SEM ATAQUE DE PRAGAS E DOENÇAS, SEM RACHADURAS E DANOS MECÂNICOS.			
34	<b>POLPA DE FRUTA, SABOR ACEROLA</b> – NATURAL INTEGRAL CONGELADA, SABOR ACEROLA, SEM CONSERVANTES E ADITIVOS, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG CONTENDO DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM INDIVIDUALMENTE. PRODUTO COM REGISTRO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO/MAPA.	QUILOGRAMAS	1570	R\$ 13,43
35	<b>POLPA DE FRUTA, SABOR GOIABA</b> – NATURAL INTEGRAL CONGELADA, SABOR GOIABA, SEM CONSERVANTES E ADITIVOS, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG CONTENDO DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM INDIVIDUALMENTE. PRODUTO COM REGISTRO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO/MAPA.	QUILOGRAMAS	1622	R\$ 13,16
36	<b>POLPA DE FRUTA, SABOR MANGA</b> – NATURAL INTEGRAL CONGELADA, SABOR MANGA, SEM CONSERVANTES E ADITIVOS, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG CONTENDO DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM INDIVIDUALMENTE. PRODUTO COM REGISTRO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO/MAPA.	QUILOGRAMAS	1104	R\$ 13,21
37	<b>POLPA DE FRUTA, SABOR CAJÁ</b> – NATURAL INTEGRAL CONGELADA, SABOR CAJÁ, SEM CONSERVANTES E ADITIVOS, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG CONTENDO DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM INDIVIDUALMENTE. PRODUTO COM REGISTRO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO/MAPA.	QUILOGRAMAS	180	R\$ 13,48



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

38	<b>TOMATE – IN NATURA, 1 KG, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM AMADURECIMENTO, ISENTO DE PARTES PÚTRIDAS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE ATÓXICA.</b>	QUILOGRAMAS	937	R\$ 6,50
----	---	-------------	-----	----------

1.2. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão da sua construção.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A prestação dos serviços é enquadrada como continuado tendo em vista que a necessidade é permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

2.1. A fundamentação e descrição da necessidade da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

3.1. A solução mais adequada para atender às necessidades dos órgãos envolvidos, visando à maior economicidade e cumprimento do interesse público, é o de Credenciamento Eletrônico.

3.2. Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada

uma delas, a solução escolhida a ser adotada pelo município é a única solução existente. Ressalta-se que não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado.

3.3. Mais detalhes sobre a solução como um todo, levando em consideração o ciclo de vida do objeto e suas especificações encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos e líquidos.

4.3. Respeitar as Normas Brasileiras da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

4.4. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental no fornecimento dos produtos, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021

**Subcontratação:**

4.5. É vedada a subcontratação do objeto contratual, em qualquer de suas etapas, exceto nos casos expressamente previstos neste instrumento.

4.6. Em qualquer hipótese, a contratada permanecerá integral e exclusivamente responsável pela execução dos serviços e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas.

**Garantia da contratação:**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021,

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**Apresentação e Avaliação Das Amostras Dos Produtos**

4.9. Nos termos do que estabelece a Resolução FNDE nº 06/2020, a apresentação de amostras dos produtos ofertados é parte integrante do processo de habilitação dos proponentes da agricultura familiar, visando garantir a conformidade técnica e qualitativa dos alimentos que serão fornecidos à rede pública de ensino;

4.10. As amostras deverão ser apresentadas em data, horário e local a serem definidos pela Administração Pública Municipal, após o encerramento do prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data da publicação do edital de chamada pública, conforme determina a referida resolução;

4.11. As amostras deverão ser entregues de forma gratuita, em embalagens compatíveis, acompanhadas da identificação do proponente e da correspondência com os itens ofertados na proposta;

4.12. A análise das amostras será conduzida por equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, com participação da nutricionista responsável pelo cardápio escolar, e observará os seguintes critérios objetivos de avaliação:

4.12.1. Aspecto visual e integridade física do produto (cor, formato, ausência de deformações ou lesões);

4.12.2. Textura e consistência, quando aplicável;

4.12.3. Odor e aroma característicos da espécie alimentar, sem presença de odores estranhos;

4.12.4. Frescor e grau de maturação adequado, no caso de produtos in natura;

4.12.5. Higiene e acondicionamento adequado, livres de sujidades, larvas, parasitas, corpos estranhos ou resíduos químicos;

4.12.6. Uniformidade e padronização conforme descritas na proposta;

4.12.7. Rotulagem e embalagem apropriadas, especialmente no caso de alimentos processados (bolos, biscoitos, farinhas etc.), contendo, quando exigido, data de fabricação, validade, identificação do fabricante e composição do produto.

4.13. A aprovação das amostras será condição para a contratação, sendo vedado o fornecimento de produtos que apresentem características divergentes da amostra aprovada;

4.14. Caso haja reprovação de algum item, o proponente será notificado, podendo ser desclassificado parcialmente (em relação ao item reprovado) ou totalmente, conforme a gravidade e a abrangência da inconsistência, respeitado o contraditório e a ampla defesa;



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**

**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

4.15. A exigência de amostras reforça o compromisso da Administração com a qualidade da alimentação escolar, o cumprimento do cardápio nutricional e a responsabilidade sanitária no trato com os alimentos fornecidos aos estudantes da rede pública.

**Requisitos normativos para contratação:**

4.16. Para participação na presente chamada pública, os agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, povos e comunidades tradicionais e demais beneficiários previstos na Lei nº 11.326/2006, bem como suas organizações (associações ou cooperativas), deverão atender aos seguintes requisitos normativos, conforme estabelecido pelas normas federais e municipais aplicáveis à contratação pública de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

4.16.1. Comprovação da condição de agricultor familiar - O fornecedor deverá apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), conforme previsto na Lei nº 11.947/2009, na Resolução FNDE nº 06/2020 e no Manual de Operacionalização do PNAE. No caso de organizações, todos os membros participantes do fornecimento também devem estar regularizados nesse cadastro;

4.16.2. Atendimento à legislação sanitária e de boas práticas de produção e manipulação - Os produtos entregues devem cumprir as exigências sanitárias previstas nas normativas da ANVISA, especialmente no que se refere à higiene, acondicionamento, rotulagem e validade. Quando se tratar de produtos processados (como bolos, biscoitos e farináceos), será exigida a apresentação de alvará sanitário ou documento equivalente, e, quando aplicável, declaração de isenção de lactose ou glúten;

4.16.3. Regularidade fiscal mínima - As organizações fornecedoras deverão estar devidamente registradas no CNPJ, apresentar declaração de regularidade fiscal simplificada, e ter funcionamento legal conforme os marcos regulatórios que regem a agricultura familiar e as cooperativas de produção;

4.16.4. Conformidade com o modelo jurídico da chamada pública - A presente contratação se dá por meio de chamada pública, procedimento autorizado nos termos do art. 28, inciso I, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, que permite a adoção de regimento próprio, observadas as diretrizes do FNDE. Os participantes devem atender integralmente às condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência, incluindo critérios de entrega, cronograma, quantidades e qualidades dos produtos;

4.16.5. Apresentação de declaração de produção própria - O proponente deverá apresentar, obrigatoriamente, declaração assinada de que é o produtor direto de todos os alimentos constantes da proposta apresentada, comprometendo-se a não incluir itens oriundos de atravessadores, terceiros ou fornecedores externos, sob pena de desclassificação ou sanções contratuais. No caso de cooperativas ou associações, a produção deve ser oriunda exclusivamente de seus associados, conforme suas respectivas DAPs ou CAFs individuais;

4.16.6. O atendimento a esses requisitos será condição indispensável para a habilitação, contratação e manutenção da regularidade do fornecimento no decorrer da vigência contratual. O não cumprimento poderá ensejar sanções, rescisão do contrato e descredenciamento da organização ou do agricultor familiar, nos termos da legislação vigente

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições da Prestação dos Serviços:**

5.1. As entregas dos gêneros alimentícios deverão ocorrer de forma fracionada, conforme cronograma pactuado entre a Secretaria Municipal de Educação e o fornecedor



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

selecionado, respeitando a natureza e a perecibilidade de cada item, de modo a garantir a qualidade e a segurança alimentar dos produtos distribuídos às unidades escolares;

5.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos a contar da solicitação formal da Secretaria, observando-se os intervalos regulares definidos no cronograma de entrega a ser estabelecido no início da execução contratual;

5.3. Locais De Entrega: Depósito da Alimentação Escolar ou nas Unidades Escolares tanto na sede como na Zona Rural; Endereço Depósito: Travessa José Antônio do Rosário, s/n, casa, Centro, Heliópolis – Bahia, CEP: 48.445-000; Horário de recebimento: das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

5.4. As entregas deverão ser realizadas mediante aviso prévio e agendamento, e será obrigatória a presença de servidor responsável pela conferência da conformidade, qualidade, integridade e quantidade dos produtos entregues, com registro em documento próprio de recebimento;

5.5. O fornecedor deverá assegurar que os produtos estejam devidamente acondicionados e transportados em condições adequadas de higiene e conservação, com atenção às exigências sanitárias e de segurança alimentar, evitando danos físicos, contaminações ou deterioração. Não serão aceitos produtos vencidos, avariados, fora das especificações ou sem identificação;

5.6. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada, preferencialmente, em embalagens reutilizáveis ou recicláveis, como caixas de hortifruti, visando reduzir a geração de resíduos sólidos e facilitar o manuseio e a armazenagem dos produtos nas unidades escolares. Além disso, será incentivado o uso de práticas agrícolas sustentáveis, como o cultivo sem uso excessivo de defensivos químicos, o respeito ao calendário agrícola e o aproveitamento de alimentos sazonais da região, de modo a minimizar impactos ambientais decorrentes da produção e transporte. Também será recomendado o uso de embalagens com menor impacto ambiental para os itens processados, observando os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), ainda que não se aplique a obrigatoriedade formal de logística reversa no presente objeto. A adoção de tais práticas reforça o compromisso da Administração com os princípios constitucionais da eficiência, da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento sustentável, em consonância com o § 5º do art. 5º e com o art. 144 da Lei nº 14.133/2021, que dispõem sobre a importância de critérios sustentáveis em todas as fases da contratação pública.

5.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.8. O descumprimento injustificado dos prazos e das condições estabelecidas poderá implicar em advertência, aplicação de penalidades, rescisão contratual e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

a) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

b) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

c) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

d) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

e) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Gestor do Contrato**

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada. Nesses casos, a contratada deverá providenciar, às suas expensas, a correção ou substituição dos serviços no prazo de 05 (cinco) dias úteis. O prazo será contado a partir da notificação formal da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

7.3. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente pela Administração, após: I) A verificação da conformidade dos serviços executados com os termos contratuais; II) A aceitação formal pela fiscalização designada, mediante termo de recebimento definitivo, podendo ser detalhado ou sucinto, conforme a complexidade do serviço executado.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

a) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

8.2. Serão aceitos os projetos de venda dos fornecedores que tenham atendido a todas as exigências de habilitação e cuja proposta esteja de acordo com as exigências deste Termo de Referência.

8.3. Para seleção, as propostas habilitadas serão divididas em grupos, sendo observada a seguinte ordem de prioridade:

8.3.1. O grupo de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

8.3.2. O grupo de fornecedores de região geográfica imediata tem prioridade sobre o de região geográfica intermediária, o do estado e o do país;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

8.3.3. O grupo de fornecedores de região geográfica intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

8.3.4. O grupo de fornecedores do estado tem prioridade sobre o do país.

8.4. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

8.4.1. Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

8.4.1.1. Para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP/CAF(s);

8.4.1.2. No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 2º o tem 8.4.1.1. deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

8.4.2. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP/CAF(s).

8.4.3. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

8.4.4. Os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP/CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP/CAF);

8.4.4.1. No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP/CAF Jurídica;

8.4.4.2. Em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

**Forma de fornecimento**

8.5. O fornecimento do objeto será parcelado.

**Exigências para habilitação**

8.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica:**

8.7. Habilitação do Fornecedor Individual (não organizado em grupo).

8.7.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

8.7.1.1. A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

8.7.1.2. O extrato da DAP/CAF Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

8.7.1.3. Cópias de documentos pessoais com foto do (a) agricultor (a) titular e seu cônjuge, quando for o caso, juntamente com o comprovante de residência atualizado, sendo, um dos últimos 3 (três) meses;

8.7.1.4. A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

8.7.1.5. A declaração de que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda a serem entregues, são oriundos de produção individual própria;

8.7.1.6. Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Tributos e Dívida Ativa da União) INSS, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.7.1.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.8. Habilitação do Grupo Informal:

8.8.1. O Grupo Informal deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:]

8.8.1.1. A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF dos integrantes do grupo informal;

8.8.1.2. O extrato da DAP/CAF Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

8.8.1.3. Cópias de documentos pessoais com foto de cada integrante do grupo informal;

8.8.1.4. A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

8.8.1.5. A declaração de que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda a serem entregues, são produzidos pelos agricultores do grupo informal.

8.8.1.6. Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Tributos e Dívida Ativa da União) INSS, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, de todos os integrantes do grupo;

8.8.1.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de todos os integrantes do grupo.

8.9. Habilitação do Grupo Formal:

8.9.1. O Grupo Formal deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

8.9.1.1. A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

8.9.1.2. O extrato da DAP/CAF Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

8.9.1.3. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.9.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.9.1.5. Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações, devendo constar no estatuto da entidade que a mesma está apta a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, principalmente da agricultura familiar. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

8.9.1.6. A declaração de que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda a serem entregues são de produção própria dos associados/cooperados;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

8.9.1.7. A declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

8.9.1.8. a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específica

## **9. DAS OBRIGAÇÕES**

### **Da Contratada**

9.1. Fornecer os produtos conforme especificações técnicas exigidas;

9.2. Manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual;

9.3. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

9.4. Garantir o transporte adequado, com veículos higienizados;

9.5. Substituir imediatamente produtos que apresentem problemas de qualidade, conservação ou validade.

9.6. O não cumprimento das obrigações sujeitará a empresa contratada às penalidades previstas na Lei Nº 14.133/2021.

## **10. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO:**

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para ser substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no processo de contratação;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 372.003,16 (Trezentos e Setenta e Dois Mil, Três Reais e Dezesseis Centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Ação</b>	<b>Classe Econômica</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
0401 – Fundo Municipal de Educação	2.021 – Manutenção da Merenda Escolar	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	15520000 – Transferência de recursos do FNDE referente ao



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

			Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).  15500000 – Transferência do Salário Educação
--	--	--	--

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.4. **APROVO** o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

**Heliópolis – Bahia 10 de abril de 2026.**

**ELIUZA SOUSA MENDES**  
**Secretária Municipal de Educação**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**

**ANEXO III**

**RELAÇÃO DAS ESCOLAS CONTEMPLADAS PELO PNAE NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS**

<b>Unidade de Ensino</b>	<b>Localidade</b>
Colégio Estadual José Dantas de Souza	Sede
Creche Municipal Maria Licia Andrade	Sede
Creche Luzia de Souza Bastos	Sede
Escola Rui Barbosa	Sede
Escola Galdino Barbosa de Andrade	Sede
Escola Castro Alves	Sede
Escola Waldir Pires	Sede
Escola Jorge Amado	Povoado Riacho
Escola Tancredo Neves	Povoado Tanque Novo
Escola Getúlio Vargas	Povoado Cajazeiras
Escola Dom Pedro I	Povoado Serra dos Correias
Escola Marcelino Borges dos Santos	Povoado Tijuco
Escola São Gerônimo	Povoado Viuveira





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
*Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA*  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**  
**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO UNIFICADA E REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**

Ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Heliópolis.

**1 - DADOS DA SOLICITANTE:**

Nome ou Razão Social:

CPF ou CNPJ:

Endereço:

Cidade:

UF:

Representante legal (quando for o caso de Grupo Formal):

CPF:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

**2 - DESCRIÇÃO E VALORES DO SERVIÇO:**

(NOME DO FORNECEDOR OU PESSOA JURÍDICA), conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu CREDENCIAMENTO para a **aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para a promoção de acesso à alimentação de qualidade para as famílias em situação de insegurança alimentar atendidas pela Secretaria Municipal de Educação**, nos termos e nas condições estabelecidas no Processo Licitatório em epígrafe, nos itens e valores mencionados no Projeto de Venda, Anexo XXX.

**3 - PRAZO DE VALIDADE:**

A presente proposta é válida por \*\* (\*\*\*\*\*) dias a contar da sua assinatura.

**4 – DECLARAÇÃO UNIFICADA:**

DECLARA, para os devidos fins:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;

2) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) QUE não recebeu do Município ou de qualquer outra entidade da Administração Direta ou Indireta, em âmbito Federal, Estadual e Municipal, suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

4) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento Nº **001/2026**, acatando-as em sua totalidade;

5) QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;

6) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a execução do objeto, bem como das formas e condições de pagamento;

7) QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados na Tabela de Valores prevista no Anexo I – Termo de Referência;

8) QUE atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

9) QUE possui aptidão financeira para a execução do Contrato e que os valores do serviço compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

10) QUE todos os documentos entregues a esta prefeitura são autênticos e condizem com o original, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis.

11) QUE os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda são oriundos de produção própria.

**Local e data.**

**Nome do fornecedor ou pessoa jurídica CPF ou CNPJ**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**  
**ANEXO V**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS, INFORMAIS OU AGRICULTORES INDIVIDUAIS, PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS À ELABORAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2026, PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS – BA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DO TERMO DE REFERÊNCIA E DO TERMO DE REFERÊNCIA E A EMPRESA \*\*\*\*\*.**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES**

**CONTRATANTE:** O **MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS - BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob Nº 13.393.178/0001-91, com sede na Rua Raimundo Borges de Santana, S/N, Centro, CEP 48.410-000, Heliópolis – Bahia, neste ato representado por seu Prefeito, Exmo. Sr. **JOSÉ MENDONÇA DANTAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Nº \*\*\*\*\*, CPF Nº \*\*\*\*\* e o brasileiro, portador da Cédula de Identidade Nº \*\*\*\*\*, CPF Nº \*\*\*\*\* e o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE HELIÓPOLIS**, Inscrição no CNPJ Nº 30.019.450/0001-97, com sede na Rua Elias Ribeiro – Centro - Cep: 48.410-000 - Cicero Dantas - Bahia, neste ato representado por sua Secretária, **ELIUZA SOUSA MENDES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade Nº \*\*\*\*\*, CPF Nº \*\*\*\*\*, aqui denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, o fornecedor (nome do grupo formal ou informal), com sede à Av. \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, (para grupo formal), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado o presente instrumento, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, fundamentados nas disposições Lei Nº11.947/2009 e Resoluções/FNDE/CD nº 038/2009, 026/2013, 004/2015, 018/2018, 002/2020, e 006/2020 e 021/2021 e pela proposta da CONTRATADA, datada de \_\_/\_\_/2026, oriunda do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026, e em observância às disposições da Lei Nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é o **Credenciamento de Grupos Formais, informais ou Agricultores Individuais, para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para o ano letivo de 2026, para os alunos da Rede Municipal de ensino do Município de Heliópolis – BA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no item 1 do Edital.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Credenciamento, identificado no preâmbulo, ao Termo de Referência e eventuais anexos, à Declaração Unificada e Requerimento de Credenciamento e ao Projeto de Venda, independentemente de transcrição.

**1.3.** Discriminação do objeto:

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição	
				R\$ unitário	R\$ total

**2 - CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

**2.1.** Este contrato vigorará até **28 de fevereiro de 2026**, contados da data de assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

**3.1.** Pela natureza da presente contratação, tem-se que a execução do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria.

**3.2.** A secretaria requisitante somente poderá iniciar a execução do objeto após a comunicação oficial do Setor de Licitações sobre a efetiva publicação do contrato, momento que demarcará o início da fase de execução.

**3.3.** O produto deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias, a contar da emissão da ordem de compra ou de qualquer outro instrumento hábil nos termos do Art. 95 – Lei 14.133/2022.

**3.4.** Os produtos deverão ser entregues pelos agricultores que forem contemplados, semanalmente, até **\*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\***, em horário e local indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

**3.5.** A entrega dos produtos será realizada no Depósito Central da Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, ou em local informado previamente pelo setor

**3.6.** A responsável pelo recebimento dos produtos será a nutricionista **\*\*\*\*\* – Matrícula: \*\*\*\*\***, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação.

**3.7.** As datas de entrega pré-estabelecidas poderão sofrer alterações por parte do setor responsável e não pelo licitante. Caso haja alterações, o setor entrará em contato com os licitantes e fará o comunicado da alteração.

**3.8.** Não haverá prorrogação do prazo acima, salvo se a justificativa para tanto for acolhida pela administração.

**3.9.** Os produtos deverão ser entregues em local a ser indicado pela Secretaria de Educação, no momento da solicitação.

**3.10.** O responsável pela entrega deverá aguardar a conferência dos produtos, que deverão estar em conformidade com a descrição contida na nota fiscal.

**3.11.** Os fornecedores ficam com a responsabilidade de trocar os produtos fornecidos por outros de mesma categoria e adequados ao consumo quando, dentro do prazo de validade, os mesmos tornarem-se impróprios para consumo.

**3.12.** Os fornecedores são obrigatoriamente responsáveis pela periodicidade dos produtos, visto que o descumprimento dessa periodicidade (que estará prevista nos cronogramas) acarreta danos à alimentação familiar e o fornecedor será penalizado.

**3.13.** Poderá ocorrer a troca de itens de mesma natureza, tipo ou qualidade em caso de intempéries, chuvas, perda de lavoura ou algo que impossibilite a entrega do produto. Para tanto, o fornecedor deverá imediatamente entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação e seus responsáveis por escrito, para que seja firmado um acordo acerca da troca do produto.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**3.14.** A garantia da contratação será aplicada conforme as normas da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**3.15.** Caso o fornecedor apresente prazo maior de garantia, este prevalecerá em detrimento da previsão acima;

**3.16.** Em caso de 2 (dois) ou mais credenciados, as demandas serão distribuídas de forma igualitária entre eles, observando-se os seguintes critérios:

**3.17.** As demandas iniciais serão destinadas ao primeiro credenciado no respectivo item, seguindo-se a distribuição em alternância entre eles, mantendo a divisão quantitativa igualitária, conforme necessidade da Secretaria de Educação;

**3.18.** As demandas serão redistribuídas à medida em que novo credenciados ingressarem no procedimento;

**3.19.** Em caso fortuito ou de força maior, excepcionalmente, as demandas poderão ser distribuídas de maneira diversa, com a devida justificativa da contratada pela impossibilidade de entrega dos produtos, que deverá ser ratificada pela Secretaria Municipal de Educação.

**3.20.** Assim que estiver sanado o impedimento previsto acima, deverá ser imediatamente restabelecida a distribuição quantitativa igualitária entre os credenciados.

**3.1.1. - DO RECEBIMENTO:**

**3.1.1.1.** Para serviços: a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, pelo **fiscal** designado, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e b) definitivamente, em até 30 (trinta) dias, pelo **gestor** do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**3.1.1.2.** Para compras: a) provisoriamente, de forma sumária, pelo **fiscal** designado, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, que será atestada em termo detalhado a ser emitido em até 15 (quinze) dias; b) definitivamente, pelo **gestor** do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento provisório.

**3.1.2. DA RECUSA DO OBJETO:**

**3.1.2.1.** Se houver rejeição do objeto, nos termos do Art. 140, § 1º, da Lei 14.133/2021, a licitante deverá proceder à substituição e/ou reparação sem qualquer ônus para a Administração e dentro de prazo máximo de 05 (cinco) dias, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 03 (três) dias de sua ocorrência.

**3.1.2.2.** A rejeição do objeto será formalizada através de termo próprio e comunicada à contratada por meio idôneo, físico ou eletrônico, cuja prova da comunicação será encartada aos autos do Procedimento Licitatório;

**3.1.2.3** A subcontratação só será admitida mediante prévia anuência da contratante, condicionada à apresentação de toda documentação comprobatória dos requisitos da contratação previstos no termo de referência.

**4 - CLÁUSULA QUARTA – PREÇO.**

O valor do presente Contrato é estimado em **R\$ (valor por extenso)**.

**4.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5 - CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Unidade	Atividade	Elemento	Fonte
---------	-----------	----------	-------



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

5.01.01 – Fundo Municipal de Educação	2.061 – Manutenção do Programa da Merenda Escolar; Fundamental 2.067 – Gestão das Ações do Ensino.	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	15520000 – Transferência de recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 15500000 – Transferência do Salário Educação
---------------------------------------	---	------------------------------------	--

#### **6 - CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento e aprovação da Nota Fiscal ou Fatura.

**6.2.** Considera-se ocorrido o recebimento e aprovação da Nota Fiscal ou Fatura quando a Administração contratante atestar a execução do objeto do contrato através do Termo Definitivo de Recebimento.

**6.3.** Deverão constar na Nota Fiscal obrigatoriamente os seguintes dados: Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**, CNPJ Nº 13.393.178/0001-91, Raimundo Borges de Santana, S/N, Centro – Heliópolis – Bahia.

**6.4.** Se a Nota Fiscal ou Fatura for apresentada em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a Contratada providencie as medidas necessárias à sua regulamentação formal, não implicando qualquer ônus para a Administração.

**6.5.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação, não cabendo a esta pleitear reajuste de preço, atualização monetária ou quaisquer outros direitos que entender cabível.

**6.6.** A atualização monetária incidente após o decurso do prazo para efetivo pagamento será calculada pelo índice IPCA.

**6.7.** O acompanhamento para fins de liquidação contratual se dará através do Fiscal do Contrato.

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

**7.1.** Os contratos decorrentes deste certame poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Artigo 107 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

**7.2.** Após o período de 12 meses do orçamento estimado, efetuado em xxx/xxx/xxx, poderá haver o reajuste dos valores, observando o índice IPCA e as possibilidades financeiras do Município, que poderá ser concedido após a solicitação da contratada ou por interesse da Administração.

**7.3.** Nos contratos de serviços contínuos, deverão ser observadas as disposições do artigo 92, § 4º, da Lei 14.133/2021.

#### **8 - CLAUSULA OITAVA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBIO**

**8.1.** Prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 10 dias úteis.

**8.2.** O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 10 dias úteis.

**8.3.** Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês.

#### **9 - CLÁUSULA NONA – GARANTIA DO OBJETO**





**9.1.** A garantia da contratação será aplicada conforme as normas da Lei Federal Nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), normas relativas ao exercício da Medicina e Código Civil Brasileiro.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

##### **10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3.** Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições ou irregularidades verificadas no produto recebido, para que seja substituído;
- 10.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;
- 10.1.5.** Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente contrato e termo de referência;
- 10.1.6.** Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste contrato;
- 10.1.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados, sejam obrigações solidárias ou solidárias.

##### **10.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

###### **Obrigações Gerais:**

- 10.2.1.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e em seus anexos, neste contrato e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 10.2.2.** Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência e seus anexos e neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a descrição dos produtos entregues;
- 10.2.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
- 10.2.4.** Substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o produto com avarias ou em desacordo com a descrição constante no termo de referência;
- 10.2.5.** Comunicar à contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que antecede a data da entrega dos produtos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo;
- 10.2.7.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 10.2.8.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitados da Previdência Social e para aprendiz.
- 10.2.9.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.2.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**10.2.11.** Atender às determinações emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados; comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**10.2.12.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.2.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.2.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

**11.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

**11.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**11.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**11.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**11.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**11.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**11.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**11.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

**11.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa; Impedimento de licitar e contratar;

**c)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156.

**11.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**11.4.** Antes da aplicação da penalidade, será facultada a defesa escrita do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, nos termos dos artigos 157 e 158 da Lei 14.133/2021.

**11.5.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO.**

**12.1.** De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, consequentemente, suprir a necessidade apresentada perante o presente procedimento de contratação, os servidores para gestão e fiscalização do contrato, serão efetuados através de designação por Portaria pela Autoridade Competente:

**12.2.** A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros.

**12.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, indicando dia, mês, ano e horário, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**12.4.** O fiscal lavrará termo detalhado do recebimento provisório, apontando todas as circunstâncias envolvidas na execução do objeto, atestando sua regularidade ou não.

**12.5.** O gestor lavrará termo detalhado do recebimento definitivo, atestando se a execução do objeto atendeu todas as exigências do Edital e do Contrato.

**12.6.** A gestão e fiscalização do contrato seguirão as disposições da Lei n. 14.133/21 e os atos normativos regulamentares correspondentes.

**12.7.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**12.8.** A subcontratação só será admitida mediante prévia anuência da contratante, condicionada à apresentação de toda documentação comprobatória dos requisitos da contratação previstos no item 5 deste termo.

**12.9. ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO.**

**12.9.1.** Organizar o contrato, apostilas e os termos aditivos;

**12.9.2.** Acompanhar o prazo de vigência e execução;

**12.9.3.** Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos);

**12.9.4.** Analisar proposta de prorrogação;

**12.9.5.** Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;

**12.9.6.** Manter atualizado os valores dos serviços com aditivos e supressões;

**12.10. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO.**

**12.10.1.** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

**12.10.2.** Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

**12.10.3.** Propor e sanções cabíveis.

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.**

**13.1. O PRESENTE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**13.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no termo de referência e neste contrato.

**13.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**13.2** A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

**13.4.** O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

**13.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3.** Indenizações e multas.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.**

**14.1.** É VEDADO À CONTRATADA:

**14.1.1.** Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

**14.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** Conforme disposto no Inciso I e Caput do Artigo 124 da Lei Federal de nº 14.133/2021, os contratos firmados poderão ser alterados com as devidas justificativas, unilateral pelo Município, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos e quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato para obras, serviços e compras e de 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma de edifício ou de equipamentos.

**15.4.** Poderá também ser aditado bilateralmente para manter o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato em casos de força maior, caso fortuito e fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a sua execução, conforme pactuado.

**15.5.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do artigo 134 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

**15.6.** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS.**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**16.1.** Aplica-se à execução deste contrato as normas da Lei Federal Nº 14.133 de 2021, Lei Nº 11.947/2009, Resoluções/FNDE/CD Nº 038/2009, 026/2013, 004/2015, 018/2018, 002/2020, 006/2020 e 021/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, as normas e princípios gerais dos contratos, inclusive quanto aos casos omissos, que serão decididos pela CONTRATANTE.

**16.2.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.**

**17.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio <https://doem.org.br/ba/heliopolis>, de acordo com o previsto na Lei Nº 14.133/2021.

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.**

**18.1.** É eleito o Foro da Comarca de Heliópolis/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º da Lei Nº 14.133/2021.

**19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Heliópolis / Bahia, \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*.

**Prefeitura Municipal de Heliópolis**

CNPJ Nº 13.393.178/0001-91

**José Mendonça Dantas**

Gestor Municipal

**Contratante**

**Fundo Municipal de XXXXXXXXXXXXX de Heliópolis**

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor Fundo

**Contratante**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS)**

O(A) (nome do Grupo Formal) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, DAP jurídica nº \_\_\_\_\_ com sede \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) por (nome do representante legal de acordo com o Projeto de Venda) \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/CAF/ANO CIVIL/ ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**  
**ANEXO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR PRODUÇÃO PRÓPRIA GRUPOS**  
**FORMAIS**  
**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**

Eu, \_\_\_\_\_ representante da Cooperativa /  
Associação \_\_\_\_\_, com CNPJ  
nº \_\_\_\_\_ e DAP Jurídica nº  
\_\_\_\_\_ declaro, para fins de participação no Programa  
Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto  
de venda são oriundos de produção dos cooperados/associados que possuem DAP física e  
compõem esta cooperativa/associação.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA**  
**GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS**  
**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ e DAP \_\_\_\_\_ física  
nº \_\_\_\_\_, declaro, para fins de participação no Programa  
Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto  
de venda em meu nome são oriundos de produção própria:

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**

**ANEXO IX**

**MODELO DE PROJETO DE VENDA PROPOSTO PARA OS GRUPOS FORMAIS**

**PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CREDENCIAMENTO Nº**

**I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES**

**GRUPO FORMAL**

1. Nome do Proponente		2. CNPJ	
3. Endereço		4. Município/UF	
5. E-mail		6. DDD/Fone	
		7. CEP	
8. Nº DAP Jurídica		9. Banco	10. Agência Corrente
		11. Conta Nº da Conta	
12. Nº de Associados		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006	
		14. Nº de Associados com DAP Física	
15. Nome do representante legal		16. CPF	
		17. DDD/Fone	
18. Endereço		19. Município/UF	

**II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC**

1. Nome da Entidade		2. CNPJ	3. Município/UF
4. Endereço		5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail		7. CPF	

**III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS**

1. Identificação do Agricultor	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição*		6. Cronograma de Entrega dos produtos
				5.1. Unitário	5.2. Total	
Nome : CPF: Nº DAP:						
Nome : CPF: Nº DAP:						
Nome : CPF: Nº DAP:						

OBS: \* Preço publicado no Edital nº xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

Local e Data	Assinatura do Representante do Grupo Formal	Fone/E-mail:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**  
**ANEXO X**  
**MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS INFORMAIS**

**PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CREDENCIAMENTO Nº**

**I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES**

**GRUPO INFORMAL**

1. Nome do Proponente	2. CPF		
3. Endereço	4. Município/UF	5. CEP	
6. E-mail (quando houver)	7. Fone		
8. Organizado por Entidade Articuladora ( ) Sim ( ) Não	9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)	10. E-mail/Fone	

**II - FORNECEDORES PARTICIPANTES**

1. Nome do Agricultor (a) Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente

**III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC**

1. Nome da Entidade	2. CNPJ	3. Município
4. Endereço	5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail	7. CPF	

**III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS**

1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição* /Unidade	6. Valor Total
---	------------	------------	---------------	---------------------------------	----------------



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

						Total agricultor
						Total agricultor
						Total agricultor
						Total do projeto

OBS: \* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

#### IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2. Unida de	3. Quantida de	4. Preço/Unid ade	5. Valor Total por Produto	6. Cronograma de Entrega dos Produtos
				Total do projeto:	

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Informal	Fone /E-mail: CPF:
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal	Assinatura





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**  
**Praça José Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA**  
**CNPJ: 13.393.178/0001-91**

**CREENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMH**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**  
**ANEXO XI**  
**MODELO PROPOSTO PARA OS FORNECEDORES INDIVIDUAIS**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CREENCIAMENTO Nº					
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP	
6. Nº da DAP Física		7. DDD/Fone		8. E-mail (quando houver)	
9. Banco		10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente	
II- Relação dos Produtos					
Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
			Unitário	Total	
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
Nome		CNPJ		Município	
Endereço				Fone	
Nome do Representante Legal			CPF		
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual		CPF:		